

Para governo, é uma prioridade fortalecer a indústria de defesa



Trump desmonta comissão eleitoral no propósito de fraudar o pleito

A quatro meses das eleições de meio de mandato de novembro que decidirão o controle do Congresso, o presidente Donald Trump esvaziou a Comissão de Assistência Eleitoral (EAC, na sigla em inglês), o organismo bipartidário responsável pela certificação dos sistemas de votação nos EUA e apoio aos estados e municípios, demitindo os dois representantes dos democratas e forçando a única republicana a renunciar. Todos haviam sido aprovados pelo Senado por unanimidade. **Pág. 7**

HORA DO POVO

ANO XXXVI - Nº 4.057 15 a 21 de Julho de 2026

★ ★ ★ ★ ★

1

REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

“Nós queremos um país altamente preparado para defender a sua soberania”

Nós “não queremos guerra, mas nós queremos um país altamente preparado para defender a sua soberania”, afirmou o presidente Lula, ao defender o fortalecimento da Defesa Nacional. As declarações foram feitas durante visita ao Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), em São José dos Campos (SP). Lula defendeu a preparação militar que, segundo ele, é necessária para assegurar que o Brasil tenha condições de proteger seu território e seus ativos estratégicos em um cenário internacional cada vez mais competitivo. **Pág. 3**

Lula classifica de “pirataria” Trump cobrar pedágio no mar

China exige dos Estados Unidos fim imediato das sanções a Cuba

O Ministério de Relações Exteriores da China acusou na quinta-feira (9) o governo dos Estados Unidos de “violiar gravemente” a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) e exigiu o “fim imediato” das sanções impostas de forma criminosa e unilateral a Cuba. A Chancelaria chinesa destaca que as punições afrontam normas básicas das relações internacionais. “Unilateralismo e intimidação são injustos e impopulares”, disse. **Pág. 7**

Dino denuncia a “esdrúxula terceirização” de emendas parlamentares

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF) classificou de “esdrúxula terceirização” o apadrinhamento de emendas por figuras como Valdemar da Costa Neto, atual presidente do PL – partido de Bolsonaro – e Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados, ambos sem mandato parlamentar. **Página 3**



Explosão de trem da linha 8, administrada pela ViaMobilidade. Para a população, privatiza que piora

SP é contra privatizações da Sabesp e Metrô, diz Datafolha

A rejeição dos paulistas à privatização de serviços de transporte sobre trilhos aumentou nos últimos anos. Pesquisa Datafolha mostra que a maioria da população é contra a transferência das linhas de metrô e de trem para a iniciativa privada, em um cenário de crescimento da desaprovação também à privatização do Porto de Santos e manutenção da resistência à desestatização da Sabesp. Segundo o levantamento, 56% dos entrevistados afirmaram ser contra a privatização das linhas de metrô do estado de São Paulo, alta de nove pontos percentuais em relação à pesquisa realizada em março de 2023. Percentual dos favoráveis caiu de 48% para 37%. **Página 4**

“Cada navio que passar pelo Estreito, o dono do petróleo precisa pagar 20% para ele. Isso, antigamente, chamava-se pirataria”, criticou o presidente Lula, se referindo à publicação do presidente dos EUA, Donald Trump, sobre cobrança de navios petroleiros que navegarem pelo Estreito de Ormuz. “Os Estados Unidos serão, a partir deste momento, conhecidos como ‘Os Guardiões do Estreito de Ormuz’, mas, como tal, e por uma questão de justiça, serão reembolsados em 20% de toda a carga transportada”, declarou o bandoleiro. **Pág. 3**

Dameres deixa campanha após ser ameaçada por aliados de Flávio

A campanha de Flávio Bolsonaro está vivendo uma debandada geral. Nem a senadora Dameres Alves (Republicanos-DF) conseguiu permanecer com o grupo. Ela anunciou sua saída no início do mês de julho ao ser ameaçada por membros da campanha. A congressista tomou essa decisão depois de receber ofensas e ameaças nas redes sociais de aliados do senador. **Pág. 3**

“Os vendilhões da Pátria não serão perdoados, pelo povo”, por Adilson

“Em outubro, nas urnas, os vendilhões da pátria terão sua resposta. A história não perdoa aqueles que traem sua nação em troca de interesses pessoais ou submissão a potências estrangeiras. O sábio povo brasileiro, consciente e vigilante, saberá derrotá-los”, escreve Adilson Araújo, presidente da CTB, denunciando o candidato da extrema direita. **Pág. 5**

Brasil ultracampeão (de juros)

“É fundamental que o candidato à reeleição se comprometa mais objetivamente com a reversão dos eixos fundantes daquilo que o Banco Central e os Ministérios da Fazenda e do Planejamento vieram implementando”

PAULO KLIASS*

Alguns dias antes de a seleção masculina de futebol da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) ter sido eliminada da Copa do Mundo de 2026, o Brasil já erguia uma outra taça de campeão mundial. No dia 5 de julho, a equipe da Noruega derrotou o Brasil com 2 gols de Haaland e o sonho do hexa foi convertido em um verdadeiro pesadelo da eliminação antecipada. A realidade é que desde 2002 os grandes meios de comunicação, os negócios biliardários envolvidos com o futebol e os esquemas criminosos da CBF tentam iludir a população de que a seleção tem todas as condições de se sair campeã pela sexta vez. Mas a tarefa é complexa, pois o futebol brasileiro não tem conseguido acompanhar a evolução da qualidade futebolística no jogo coletivo dos demais países, a exemplo de França, Espanha, Inglaterra e Argentina. Aliás, não por acaso os quatro semifinalistas desse certame. Por aqui, mudanças estruturais são necessárias para que o hexa seja possível.

Pois o fato é que no dia 16 de junho, a página da consultoria Moneyou divulgou mais uma edição de sua tradicional classificação de 40 países com um ordenamento decrescente em relação às respectivas taxas reais de juros do planeta. E, infelizmente, o Brasil sempre vem ocupando uma posição de destaque no trágico ranking. Na versão atual, mais uma vez, o nosso País voltou ao topo do topo. Estamos exibindo uma taxa de 10,1% ao ano. Uma loucura! A metodologia de cálculo da taxa real de juros envolve a subtração da inflação do período da taxa oficial de juros – no nosso caso, a SELIC.

(Veja a lista de países por taxa real de juros – % ao ano (jun/26) no site do HP <https://horadopovo.com.br/brasil-ultracampeao-de-juros-por-paulo-kliass/>)

Chama atenção o fato de o Brasil estar quase sempre “disputando” as primeiras colocações ao longo dos anos. No ranqueamento mais recente estamos à frente do bloco com a Rússia, ambos com taxas superiores a 9%. Na sequência aparece um segundo pelotão com Turquia e México apresentando taxas em torno de 5%. Depois, surge outro grupo de 8 países com taxas entre 2% e 3%. Em seguida, podemos identificar outro agrupamento de 7 países com taxas em torno de 1%. Mais à frente, entre a 20ª e a 34ª posição, surgem nações com taxas entre 0% e 1%. Finalmente, 6 países oferecem taxas levemente negativas.

BRASIL: TRISTE CAMPEÃO DE JUROS

Ora, tal disparidade cristaliza claramente uma verdadeira distorção. Não existe motivo algum para que a taxa real de juros do Brasil seja tão mais elevada do que as demais, fazendo companhia apenas à Rússia. Aquele país está envolvido em uma guerra e tem sofrido toda a sorte de sanções econômicas e comerciais perpetradas pelos Estados Unidos, pela União Europeia e por boa parte da comunidade financeira internacional. Tudo leva a crer que exista uma tendência à “naturalização” por parte das elites dirigentes de nosso País de tal discrepância. Aliás, movimento semelhante ao que ocorria com as elevadíssimas taxas de inflação no passado ou com as mortes violentas que persistem em crescer a cada ano. Os dirigentes políticos fazem cara de paisagem e consideram cada um desses dramas nacionais como um não-problema.

Mas essa condição de política econômica que opera com taxas elevadíssimas não é apenas do ano atual. Em junho de 2025, o Brasil ocupava a segunda posição com 9,6%, atrás da Turquia com 14,4% e na frente da Rússia com 7,6%. Já em novembro de 2024, estávamos no terceiro posto com 8,1%, atrás de Turquia com 15,2% e Rússia com 12,2%. Em agosto de 2023, o Brasil exibia a primeira colocação com 7,5%, seguido de México com 6,6% e de Colômbia com 6,2%.

Continua; <https://horadopovo.com.br/brasil-ultracampeao-de-juros-por-paulo-kliass/>

*Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal

Escreva para o HP horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua Mazzini, 177 Cambuci - CEP: 01528-000 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@gmail.com C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto Redação: fone (11) 2307-4112 E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br E-mail: comercial@horadopovo.com.br E-mail: hp.comercial@uol.com.br Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000 **Sucursais:** **Rio de Janeiro (RJ):** IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679 E-mail: hprj@oi.com.br **Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000 Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br **Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480 E-mail: horadopovomg@uol.com.br **Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br **Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004 Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603 E-mail: horadopovo@yahoo.com.br **Belém (PA):** Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823 **Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Jandira defende projeto contra o trágico assassinatos de mulheres



Deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) é relatora do PL 41



Voo do FTL-Perseu ocorreu em 29 de maio, em Virgínia, Minas Gerais

Brasil lança primeiro foguete movido à propulsão líquida

Missão batizada de “Trem Baum” coloca o Brasil entre as poucas nações que dominam a tecnologia de motores de alto controle e precisão. “Representa, de fato, um avanço importante e estratégico para a autonomia brasileira no lançamento de satélites”, segundo a Agência Espacial Brasileira

O primeiro foguete desenvolvido no Brasil e movido exclusivamente por propulsão líquida desde a decolagem foi lançado ao espaço pela empresa Bizu Space, de São José dos Campos (SP). O feito coloca o Brasil entre as poucas nações que dominam a tecnologia de motores de alto controle e precisão.

A missão é um importante avanço para o desenvolvimento nacional de motores-foguete de maior controle e precisão, tecnologia fundamental para futuras missões espaciais, impulsionando o programa espacial brasileiro.

O voo do FTL-Perseu aconteceu em 29 de maio, em Virgínia no sul de Minas Gerais. A missão foi batizada de “Trem Baum”, em homenagem à cultura mineira.

O foguete tem 4,5 metros de comprimento e pesa de cerca de 70 kg completamente abastecido. O FTL-Perseu utiliza peróxido de hidrogênio concentrado, ou água oxigenada em alta concentração, como oxidante, e querosene de aviação, como combustível.

Mariana Marciano, engenheira química da Bizu Space, esclarece que o propelente líquido permite controlar o motor do foguete durante o voo com muito mais precisão do que a tecnologia usada hoje no Brasil (motor sólido).

“Hoje, o Brasil desenvolve satélites, mas depende de foguetes de outros países para colocá-los em órbita.

Com essa tecnologia, damos um passo importante para mudar esse cenário”, afirmou. “Hoje estamos falando de satélites, mas é essa mesma tecnologia que, no futuro, pode permitir que foguetes brasileiros levem astronautas ao espaço. Ainda é um objetivo para as próximas décadas, mas tudo começa com esse primeiro passo”, acrescentou.

Arthur Bahdur, engenheiro aeroespacial e CEO da empresa, explica que, enquanto o motor sólido é comparável a uma “bomba controlada”, o motor líquido funciona como um veículo com acelerador totalmente ajustável. E acrescenta que “grande parte das matérias-primas, como fibra de vidro, aço inox e até alumínio, a gente usa tudo do Brasil, inclusive os propelentes”.

O veículo foi recuperado por meio de um sistema de paraquedas e rastreamento conforme programado.

Raphael Galate, engenheiro aeroespacial e diretor financeiro, destaca que “o foguete tem uma série de subsistemas que fazem toda a parte do motor líquido funcionar. A parte eletrônica que controla os sistemas e válvulas durante o voo e por último a parte de recuperação que fica no comecinho do foguete, na ponta dele, que a gente chama de coifa”.

Para a Agência Espacial Brasileira (AEB) a propulsão a combustível líquido

é um avanço importante para o Programa Espacial Brasileiro.

“O desenvolvimento de sistemas de propulsão líquida representa, de fato, um avanço importante e estratégico para a autonomia brasileira no lançamento de satélites. Além do ganho em desempenho dos veículos lançadores, essa tecnologia reduz a dependência externa em um segmento sujeito a restrições internacionais de transferência tecnológica, permitindo ao País projetar, desenvolver e operar sistemas espaciais mais complexos”, manifestou a AEB em nota ao gl.

A Bizu Space é uma startup, hoje formada por 14 especialistas, que se conheceram no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), com formações em engenharia aeroespacial, aeronáutica, química, mecânica e eletrônica.

A empresa divulgou que Fernando de Mendonça, fundador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e considerado um dos principais responsáveis pela criação do programa espacial brasileiro, foi homenageado, assinando o foguete aos 101 anos “para que o Dr. Fernando deixasse sua assinatura nele, eternizando seu nome em mais um capítulo da história do programa espacial brasileiro — uma história que ele ajudou a construir desde o início”.

Dr. Fernando de Mendonça, 101 anos, fundador do INPE, assina o foguete FTL-Perseu (foto à esquerda). Abaixo, a equipe da Sizu Space

“Hoje, o Brasil desenvolve satélites, mas depende de foguetes de outros países para colocá-los em órbita. Com essa tecnologia, damos um passo importante para mudar esse cenário”, afirmou Mariana Marciano, engenheira química da Bizu



“Esse projeto aqui enfrenta uma tragédia nacional. São mais de 1.500 vidas por ano de mulheres assassinadas pelo fato de serem mulheres, e grande parte violência doméstica e familiar”, afirmou a deputada

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) afirmou que a aprovação na Câmara do projeto que cria o Sistema Nacional de Enfrentamento da Violência contra Meninas e Mulheres e destina R\$ 1,5 bilhão por ano para políticas desse tema é uma resposta a uma “tragédia nacional”.

O Projeto de Lei Complementar 41/2026, de autoria da deputada Jack Rocha (PT-ES), teve a relatoria de Jandira.

Em discurso, a relatora citou o caso de feminicídio em Cataguases, em Minas Gerais, e disse que o projeto “expressa da forma mais dolorosa, dramática e trágica a situação das mulheres brasileiras”.

“Encontrar uma mulher assassinada pelo seu, em tese, companheiro, e com um filho de 1 ano e 2 meses agarrado ao seu peito para ser amamentado. Talvez não tenha uma imagem mais explícita do significado dessa violência”, continuou.

“Esse projeto aqui enfrenta uma tragédia nacional. São mais de 1.500 vidas por ano de mulheres assassinadas pelo fato de serem mulheres, e grande parte violência doméstica e familiar”, explicou.

Jandira Feghali declarou que o texto acaba com o “argumento” de governadores e prefeitos que não impõem políticas de combate ao feminicídio, “porque nós estamos colocando em torno de R\$ 1,5 bilhão por ano, por 10 anos” para esse tipo de ação.

A deputada, que foi relatora da Lei Maria da Penha, destacou que “o cumprimento da lei também precisa ter mãos dos políticos que não dão relevância para o tema.

“Nesse momento de tanta tragédia, eu espero, sinceramente, que com a colocação de recursos desse projeto, a gente consiga, de fato, fazer o combate ao feminicídio”, disse.

“Esse dinheiro é para cumprir a Lei Maria da Penha, mas para cumprir também as medidas do pacto que esta Casa participa, que o Senado participa, que o Poder Judiciário participa e que o Executivo participa, foi lançado pelo presidente Lula esse pacto, que assumiu para si a luta e o combate ao feminicídio”, acrescentou, citando o Pacto Nacional Brasil Contra o Feminicídio.

Jandira contou que, quando foi relatora da Lei Maria da Penha, “eu ouvi muita coisa, e foram relatos graves das violências, do porquê da denúncia, do porquê da não denúncia, da diferença de estruturas institucionais para responder, questões culturais e econômicas de peso nessa possibilidade ou não de uma mulher sair de uma relação violenta”.

“É tudo isso me ajudou a construir o texto que hoje está em vigor, que é a Lei Maria da Penha, que foi votada por unanimidade nesse plenário, por unanimidade no Senado e sem nenhum veto do presidente Lula no seu primeiro governo”, continuou.

A deputada disse que o PLP 41/2026 foi construído em unidade com o governo Lula, inclusive com o Ministério da Fazenda indicando a fonte de recursos, e agradeceu às lideranças que debateram o texto, convergindo “para um grande acordo de aprovação desse projeto, que é um combate concreto, absoluto, ao feminicídio no Brasil”.

“Foi uma construção densa para que a gente pudesse chegar ao acordo que nós chegamos hoje para a votação desse texto”, destacou.

Jandira Feghali avalia que o Congresso Nacional “dá uma resposta objetiva, e não é eleitoreira nem eleitoral. Isso é uma resposta política, legislativa, definidora de recursos para defender a vida das mulheres e das meninas deste país, atuando na prevenção, como é a Lei Maria da Penha, e também na punição e na responsabilização”.

Brasil e China avançam na construção do primeiro satélite geoestacionário

“O CBERS-5 permitirá ao Brasil aumentar as capacidades tecnológicas e estratégicas do País no setor espacial”, afirma coordenador-geral de Engenharia, Tecnologia e Ciência Espaciais do Inpe

Brasil e China avançam em mais uma etapa do desenvolvimento do CBERS-5, o primeiro satélite geoestacionário fruto da cooperação espacial entre as duas nações. Técnicos brasileiros e chineses envolvidos no projeto trabalham na definição de requisitos de engenharia e das soluções tecnológicas que darão suporte à construção do equipamento, previsto para ser lançado até 2030.

O projeto representa um marco para o Programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite), iniciado em 1988, quando Brasil e China assinaram um acordo de cooperação para o desenvolvimento conjunto de satélites.

Ao longo das últimas décadas, a parceria de cooperação espacial entre países resultou no desenvolvimento, lançamento e operação de seis satélites voltados à observação da Terra. Diferentemente das missões anteriores do programa, que utilizam satélites em órbita que registram imagens de passagem, o CBERS-5 permanecerá em órbita geoestacionária, acompanhando a rotação da Terra. Na prática, isso permitirá o monitoramento contínuo de todo o território brasileiro e o envio de informações meteorológicas

e ambientais em tempo real. Pelo acordo firmado entre os dois países, o Brasil será responsável pelo desenvolvimento da plataforma do satélite, enquanto a China desenvolverá a carga útil destinada às observações meteorológicas e ambientais. Segundo o coordenador-geral de Engenharia, Tecnologia e Ciência Espaciais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Adenilson Roberto da Silva, a missão representa um salto tecnológico para o programa espacial brasileiro. “O CBERS-5 permitirá ao Brasil migrar da área de domínio de satélites de baixa órbita para a de satélites geoestacionários, o que significa aumentar as capacidades tecnológicas e estratégicas do País no setor espacial”, afirma. De acordo com o pesquisador, uma das alternativas em análise é utilizar plataformas chinesas já validadas em órbita como referência para o desenvolvimento da estrutura brasileira, combinando essa experiência com mecanismos de transferência de tecnologia. Leia mais: <https://horadopovo.com.br/brasil-e-china-avancam-na-construcao-do-primeiro-satelite-geoestacionario/>



Antonio Augusto/STF

Ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino denuncia a “esdrúxula terceirização” das emendas parlamentares

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), rebateu as críticas de que estaria promovendo interferência política em acordos partidários que envolvem a indicação de emendas parlamentares por pessoas sem mandato, como ex-parlamentares, e voltou a defender a necessidade de controlar os recursos públicos.

O magistrado classificou de “esdrúxula terceirização” o apadrinhamento de emendas por figuras como Valdemar da Costa Neto, atual presidente do PL – partido de Bolsonaro – e Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados, ambos, atualmente, sem mandato parlamentar.

Flávio Dino tem sido alvo de críticas por parte de algumas figuras do Congresso Nacional que consideram normal o fato de ex-integrantes do Congresso figurarem entre os promotores de emendas parlamentares. Em resposta, tem reiterado que a política não pode ser exercida de forma “ilimitada e incontrolável”.

O ministro, além de apontar a anomalia nas “cotas orçamentárias informais” comandadas por quem não tem mandato, tem sido rigoroso nas investigações que apuram a ingerência externa na destinação de verbas, exigindo maior transparência e o fim da descentralização irregular dessas indicações.

Após classificações iniciais de que as decisões representavam uma “criminalização da atividade política”, o presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), recuou e mudou o tom. O parlamentar declarou que a Casa cumprirá a lei e as determinações do STF.

ORÇAMENTO SECRETO

O ministro Flávio Dino também determinou que a Polícia Federal (PF) amplie as investigações sobre a execução de emendas parlamentares após o surgimento de novos indícios de irregularidades no repasse dos recursos.

A decisão foi tomada após a Corte receber relatórios de auditoria da CGU (Controladoria-Geral da União) que apontam indícios de direcionamento de licitações, sobrepreço, superfaturamento e falhas de transparência na aplicação dos recursos públicos.

A pedido do STF, a CGU avaliou a execução das chamadas emendas Pix entre 2020 e 2024. A auditoria analisou uma amostra de 15 municípios distribuídos pelas cinco regiões do país e concluiu que nove dos 14 entes que efetivamente executaram os recursos apresentaram algum tipo de irregularidade na contratação de bens e serviços.

Outro relatório encaminhado ao STF trata da aplicação de emendas destinadas à saúde. Elaborado pelo Denasus (Departamento Nacional de Auditoria do SUS), o documento analisou R\$ 53,3 milhões destinados a 48 municípios de 23 unidades da federação para custeio da atenção primária, média e alta complexidade, aquisição de equipamentos e reformas de unidades básicas de saúde.

A auditoria concluiu que, embora parte significativa dos recursos tenha sido executada, permanecem fragilidades nos mecanismos de planejamento, gestão, monitoramento e prestação de contas. Entre os principais problemas identificados estão deficiência na rastreabilidade da execução financeira, controles administrativos insuficientes, ausência de monitoramento sistemático e falhas na documentação das despesas.

O relatório também aponta situações que resultaram em propostas de devolução de recursos por dano ao erário ou aplicação em desacordo com a finalidade legal das transferências.

Na decisão, o ministro voltou a criticar práticas relacionadas à destinação das verbas parlamentares. Dino afirmou ser “totalmente anômalo que ex-parlamentares mantenham cotas orçamentárias informais e, diretamente, transmitam ordens para funcionários da Casa Parlamentar” e reiterou que as emendas parlamentares “não são parcelas do patrimônio privado de cada membro do Congresso”.

Na última semana, o ministro determinou o bloqueio de bens de investigados em um suposto esquema de desvio de emendas parlamentares, contrariando parecer da PGR (Procuradoria-Geral da República). A medida atingiu, em especial, Valdemar Costa Neto, presidente do PL, e Eduardo Cunha (Republicanos-MG), cujos patrimônios foram parcialmente congelados.

A decisão ocorre no âmbito da Operação Transparência, que investiga o suposto desvio de emendas parlamentares conduzido por pessoas sem mandato, com o uso da estrutura administrativa da Câmara dos Deputados para realizar a destinação irregular de recursos em nome de deputados.

Segundo o ministro, o papel desempenhado pelo STF no processo não representa falhas sobre decisões políticas do Congresso ou do Executivo, mas se limita à fiscalização da constitucionalidade e da legalidade da execução das emendas.

A decisão integra o acompanhamento feito pelo Supremo do plano de trabalho firmado entre os Poderes para melhorar o controle sobre as emendas parlamentares após as mudanças determinadas pela Corte no modelo de execução desses recursos

Lula: fortalecer a indústria de defesa é a nossa prioridade

Reprodução/Planalto



Lula afirma que país não quer guerra, mas precisa se defender das agressões Cobrança de 20% de pedágio no Estreito de Ormuz é pirataria de Trump, afirma Lula

O presidente Lula criticou na segunda-feira (13) a publicação do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre cobrança de navios petroleiros que navegam pelo Estreito de Ormuz.

Nesta segunda, Trump declarou que o Estreito de Ormuz está aberto e fora do bloqueio iraniano graças aos Estados Unidos e que, por isso, devem ser reembolsados em 20%.

“Os Estados Unidos serão, a partir deste momento, conhecidos como ‘Os Guardiões do Estreito de Ormuz’, mas, como tal, e por uma questão de justiça,

serão reembolsados em 20% de toda a carga transportada, por todos os custos necessários para garantir a segurança desta região tão instável do mundo”, escreveu o mandatário em uma rede social.

A declaração de Lula foi feita durante visita ao Instituto Mauá de Tecnologia, São Caetano do Sul (SP). Segundo o presidente brasileiro, a decisão da Casa Branca é “pirataria”.

“Ele fez uma publicação dizendo que vai desobstruir o Estreito de Ormuz, mas cada navio que ele tirar do Estreito, o dono do petróleo precisa pagar 20% para

ele. Isso, antigamente, chamava-se pirataria”, afirmou.

O presidente destacou que o Brasil não pode aceitar que uma “guerra provocada pelos Estados Unidos” afete a economia nacional. A medida anunciada por Trump revela bem que seu “objetivo” na região não passa de ganância por petróleo e dólares.

O Irã, por sua vez, anunciou que não permitirá que os EUA interfiram na gestão do Estreito de Ormuz. O chanceler iraniano, Abbas Araghchi, disse sarcasticamente: “É claro que 20% é demais, já nós seremos justos.”

Nem Damares fica na campanha. Senadora é ameaçada por aliados de Flávio Bolsonaro

A campanha de Flávio Bolsonaro está vivendo uma debandada geral. Nem a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) conseguiu permanecer com o grupo. Ela anunciou sua saída no início do mês de julho ao ser ameaçada por membros da campanha.

A congressista tomou essa decisão depois de receber ofensas e ameaças nas redes sociais de aliados do senador. As informações são da coluna de

Igor Gadelha, do portal Metrôpoles.

Em 1º de julho, a senadora disse que internautas passaram a lhe enviar xingamentos depois que o blogueiro bolsonarista Oswaldo Eustáquio, pré-candidato a deputado federal pelo PL no Paraná, afirmou que ela seria “amante de pastor” e “feminista”.

Damares disse ainda ter sido “atacada diretamente pelo time da direita”. Afirmou que Flávio não a procurou

novamente. “Ele está correndo”, afirmou.

Neste fim de semana, Flávio tentou estancar a sangria apresentando uma carta de Jair Bolsonaro dizendo que a campanha continua apesar da crise e da debandada. Em 24 de junho, Michelle publicou 2 vídeos em seu perfil no Instagram em que afirmava ter sido “apunhalada” e humilhada por Flávio. Depois desse atrito, a ex-primeira-dama deixou a presidência do PL Mulher.

Republicanos nega acordo com Flávio e informa que maioria quer neutralidade

O partido Republicanos, do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, negou no domingo (12) que tenha fechado acordo para apoiar a pré-candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência da República.

Em nota divulgada nas redes sociais, a legenda afirmou que não houve negociação e informou que as conversas com o pré-candidato não avançaram. “O Republicanos nega que tenha fechado apoio a Flávio Bolsonaro para a Presidência da República. Nega também que tenha negociado a indicação do presidente Marcos Pereira ao STF como condição para o apoio”, diz a nota do partido.

O Republicanos também rejeitou a formação de que teria condicionado a aliança à indicação de seu presidente nacional, o deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP), para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). A legenda afirmou que não houve negociação envolvendo

o tribunal e informou que as conversas com o pré-candidato não avançaram.

“O Republicanos nega que tenha fechado apoio a Flávio Bolsonaro para a Presidência da República. Nega também que tenha negociado a indicação do presidente Marcos Pereira ao STF como condição para o apoio.”

Segundo o comunicado, Marcos Pereira se reuniu pela última vez com Flávio há mais de um mês. O encontro, porém, terminou sem um entendimento sobre a posição da legenda na disputa presidencial. A candidatura de Flávio

Zeca Ribeiro/Câmara



Presidente do partido

Bolsonaro começou a entrar em crise após o flagrante da conversa do senador pedindo dinheiro ao banqueiro Daniel Vorcara, dono Banco Master.

Depois disso, outras crises surgiram, entre elas o apoio do senador ao desvio de emendas parlamentares pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto. De acordo com a legenda, uma pesquisa encomendada pelo partido foi apresentada na sexta-feira (10) a uma parte da bancada paulista. As sondagens iniciais teriam identificado frustração com a pré-candidatura de Flávio e preferência pela neutralidade na disputa.

“Pelas sondagens iniciais, o presidente Marcos Pereira detectou, preliminarmente, um sentimento de frustração à pré-candidatura de Flávio e uma indicação de preferência pela neutralidade nessas eleições.” O partido afirmou que realizará reuniões semelhantes ao longo de julho para ouvir lideranças de outros estados.

“Nós não queremos guerra, mas nós queremos um país altamente preparado para defender a sua soberania”, disse o presidente durante sua visita ao Instituto de Aeronáutica

O presidente Lula defendeu na segunda-feira (13) o fortalecimento da Defesa Nacional. As declarações foram feitas durante visita ao Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), em São José dos Campos (SP).

Durante o evento, Lula afirmou que o Brasil não pretende entrar em conflitos, mas precisa manter suas Forças Armadas preparadas para proteger o território nacional, suas riquezas naturais e os interesses estratégicos do país.

“A gente não quer Forças Armadas para pagar aposentadoria. A gente quer Forças Armadas para cuidar da soberania desse país, para cuidar da sociedade brasileira. Nós não queremos guerra, mas nós queremos um país altamente preparado para defender a sua soberania”, afirmou o presidente.

Lula defendeu a preparação militar que, segundo ele, é necessária para assegurar que o Brasil tenha condições de proteger seu território e seus ativos estratégicos em um cenário internacional cada vez mais competitivo.

O presidente também chamou atenção para a importância dos recursos naturais brasileiros, citando o petróleo localizado em águas profundas, as terras raras e os minerais críticos, hoje considerados essenciais para setores como energia, tecnologia e indústria de alta complexidade.

“Se a gente não se cuida, quem vai cuidar de nós? Se a gente não tomar conta de nossa fronteira, quem vai tomar de nós? Nosso petróleo está além das 300 milhas. E quem vai tomar conta disso? Quem vai tomar conta da riqueza que não sabe ainda o que tem no fundo do mar, quem vai tomar conta da riqueza que representa as terras raras, dos minerais críticos? A gente só vê o mundo falar isso, China, Rússia, EUA. E nós?”, declarou.

O comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Marcelo Kanitz Damasceno, discursou durante a visita de Lula no instituto. “Hoje, com enorme satisfação podemos afirmar que um desafio tornou-se realidade. Esta é a primeira unidade geradora brasileira movida por turbina a gás e etanol, capa de geral mil Kw de potência.

É uma tecnologia concebida integralmente em nosso país. Demonstrando que o país reúne competência científica, capacidade industrial e visão estratégica”, destacou o comandante da Aeronáutica.

Durante a visita ao Instituto de Aeronáutica e Espaço, Lula também conheceu o projeto da primeira turbina a gás para geração de energia elétrica movida a etanol.

Segundo o presidente, a ini-

Edson Fachin reage à intromissão de Trump: “Brasil exercerá sua soberania com firmeza”

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Edson Fachin, afirmou que a soberania nacional “há de prevalecer”, diante das ameaças de atuação direta dos Estados Unidos em território brasileiro sob o pretexto de combate às organizações criminosas transnacionais.

“O Brasil é um Estado soberano, e a soberania se exerce com firmeza e serenidade. Nós temos certeza de que isso há de prevalecer, quer aqui na região, quer no concerto global das nações”, declarou o ministro durante evento realizado no Fórum Criminal da Barra Funda, em São Paulo, na quarta-feira (8).

Fachin falou na condição de presidente do STF e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

PANO DE FUNDO

Em maio, o governo americano enquadrou o PCC (Primeiro Comando da Capital) e o CV (Comando Vermelho) como organizações terroristas. Na sequência, o Departamento do Tesouro anunciou sanções financeiras contra brasileiros e empresas apontadas como integrantes da rede de financiamento do PCC, ampliando o alcance extraterritorial da legislação americana.

ciativa coloca o Brasil entre os seis países capazes de desenvolver essa tecnologia, reforçando a importância da inovação para a indústria nacional e para a autonomia estratégica do país. O presidente relacionou a nova tecnologia à soberania, à indústria nacional e ao processamento de minerais estratégicos.

Segundo o presidente, a recuperação da indústria de defesa está entre as prioridades de seu governo. Ao recordar o início de seu primeiro mandato, em 2003, mencionou dificuldades das Forças Armadas e a precariedade da frota utilizada pela Presidência e pela Aeronáutica. “Eu constatei desde o meu primeiro mandato a fragilidade do Brasil quando se tratava de discutir indústria de defesa”, declarou.

Lula elogiou o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e os profissionais envolvidos. Ele afirmou que investimentos em ciência, pesquisa e inovação são essenciais para reduzir a dependência externa e ampliar a presença em cadeias produtivas de alto valor.

O presidente também relacionou o projeto aos testes com novas misturas de biodiesel realizados no Instituto Mauá de Tecnologia, em São Caetano do Sul. Segundo ele, a experiência brasileira com combustíveis renováveis oferece soluções para a descarbonização.

Na parte final do discurso, Lula defendeu que minerais críticos e terras raras sejam processados no Brasil. Ele afirmou que o país não deve repetir um modelo baseado na exportação de matérias-primas sem transformação industrial. “A gente não vai ser mais exportador de matéria-prima. A gente quer fazer um processo de transformação”, afirmou.

O presidente comentou também, nesta segunda-feira (13), a decisão da maior parte dos jogadores da seleção brasileira de não retornar ao Brasil no avião oficial após a eliminação da equipe na Copa do Mundo de 2026. As declarações foram feitas durante visita ao Instituto Mauá de Tecnologia, em São Paulo.

Ao comentar o retorno da delegação brasileira, Lula fez uma crítica em tom de brincadeira ao fato de apenas um atleta ter embarcado no voo da seleção. A maioria dos jogadores optou por permanecer no exterior para o período de férias, já que o retorno ao Brasil era facultativo.

“Mandeí um recado para o Ancelotti, técnico da seleção brasileira. Aquela que foi com um monte de gente e voltou ‘sozinho’. Quase não tinha ninguém para voltar no avião da seleção, gente, que vergonha. Só voltou um jogador no avião gente, o resto ficou tudo pra lá. Se tivesse ganho [o torneio] estava todo mundo dançando aqui”, afirmou o presidente.

O tema ganhou dimensão diplomática depois de o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, reconhecer que o Brasil acompanha com atenção hipóteses levantadas por autoridades americanas sobre possíveis ações mais incisivas contra essas organizações, cenário que exigiria resposta firme do Estado brasileiro em defesa da soberania nacional.

COMBATE AO CRIME

Fachin também procurou afastar qualquer interpretação de que o Judiciário brasileiro estaria reagindo apenas às medidas anunciadas pelos Estados Unidos.

Durante o evento, o ministro ressaltou que a instalação de 3 novas varas especializadas em organizações criminosas e lavagem de dinheiro em São Paulo decorre de planejamento iniciado muito antes da atual crise diplomática.

Segundo ele, trata-se de política estrutural de fortalecimento da Justiça brasileira.

“Esse conjunto de atitudes estava sendo pensado há muito tempo. Não se instalam 3 varas de combate ao crime organizado em um período de tempo curto. Isso requer planejamento”, afirmou.

SP: Maioria é contra privatização do Metrô, da CPTM e da Sabesp

Pesquisa Datafolha mostrou que política privatista de Tarcísio é repudiada pela maioria dos paulistas

A rejeição dos paulistas à privatização de serviços de transporte sobre trilhos aumentou nos últimos anos. Pesquisa Datafolha mostra que a maioria da população é contra a transferência das linhas de metrô e de trem para a iniciativa privada, em um cenário de crescimento da desaprovção também à privatização do Porto de Santos e manutenção da resistência à desestatização da Sabesp.

Segundo o levantamento, 56% dos entrevistados afirmaram ser contra a privatização das linhas de metrô do estado de São Paulo, alta de nove pontos percentuais em relação à pesquisa realizada em março de 2023. No mesmo período, o percentual dos favoráveis caiu de 48% para 37%.

O movimento também foi registrado em relação às linhas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). A parcela dos que rejeitam a privatização dos trens metropolitanos passou de 45% para 53%, enquanto o apoio à medida recuou de 49% para 39%.

Na pesquisa, o instituto utilizou o termo “privatização” nas perguntas por considerar a expressão mais conhecida pelo público do que “concessão”, embora parte dos serviços atualmente operados por empresas privadas esteja sob contratos de concessão ou parceria público-privada (PPP), e não de venda definitiva dos ativos.

Especialistas ouvidos pelo Datafolha atribuem a mudança de percepção a experiências consideradas negativas com processos de desestatização. Entre os exemplos citados está a concessão do serviço de distribuição de energia elétrica à Enel em São Paulo, marcada por apagões que afetaram milhões de consumidores na região metropolitana.

Atualmente, as linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha, 15-Prata e 17-Ouro seguem sob operação da companhia estatal Metrô. Já as linhas 4-Amarela e 5-Lilás são operadas pela Motiva, antiga CCR, por meio de contratos de PPP. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou recentemente que pretende retirar a Linha 17-Ouro do plano de concessões e mantê-la sob gestão estatal.

A Linha 6-Laranja, inaugurada neste ano, é administrada pela concessionária Linha Uni, controlada pela empresa espanhola Acciona. Já a CPTM iniciou a transição das linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade para a concessionária Trivia Trens, do Grupo Comporte, que assumirá integralmente a operação em julho de 2027, após um período

de supervisão. Hoje, das seis linhas de trem concedidas à iniciativa privada, quatro são controladas pelo Grupo Comporte — 7-Rubi, 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade —, enquanto as linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda são operadas pela Motiva.

PORTO DE SANTOS E SABESP

O levantamento também aponta aumento da resistência à privatização do Porto de Santos. Metade dos entrevistados (50%) se declarou contrária à medida, cinco pontos percentuais acima do registrado em 2023. Já os favoráveis caíram de 43% para 31%. A privatização do maior porto do país era uma das principais propostas de Tarcísio de Freitas quando comandava o Ministério da Infraestrutura no governo Jair Bolsonaro (PL), mas o projeto foi abandonado pela gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

No caso da Sabesp, a oposição à privatização permaneceu praticamente estável. Segundo o Datafolha, 54% dos paulistas são contrários à desestatização da companhia, ante 53% em 2023, variação dentro da margem de erro.

Questionados sobre os efeitos da mudança, 51% disseram que a privatização da empresa não trouxe diferenças na qualidade dos serviços de água e esgoto. Outros 28% avaliam que houve piora, enquanto 14% afirmam que o atendimento melhorou.

O levantamento também mediu a percepção sobre outros serviços públicos e concedidos. O percentual de entrevistados que considera bom ou ótimo o custo-benefício da energia elétrica caiu de 51% para 45% desde 2023. Já a avaliação positiva das rodovias pedagiadas recuou de 35% para 31%, enquanto a percepção negativa subiu para 36%.

Para o advogado especialista em infraestrutura Fernando Vernalha, ouvido pelo Datafolha, a avaliação desfavorável decorre principalmente dos casos em que concessões ou privatizações apresentaram problemas operacionais. “A gestão privada de serviços públicos pode, sim, ser uma solução mais eficiente, desde que seja bem modelada e haja uma capacidade de fiscalização por parte do Estado, por meio de agências reguladoras”, afirmou.

A pesquisa Datafolha ouviu 1.608 pessoas com 16 anos ou mais entre os dias 1º e 3 de julho, em 71 municípios paulistas. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%.

Haddad critica capachismo de Tarcísio e Flávio Bolsonaro a Trump: “São Paulo ficou para trás”

O pré-candidato do PT ao governo de São Paulo e ex-ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a aproximação política do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, teve consequências econômicas para o estado. A declaração foi feita em meio à escalada das tensões comerciais entre Brasil e EUA e após entidades empresariais dos dois países defenderem mais tempo para negociações que evitem a entrada em vigor das tarifas de 50% anunciadas pelo governo norte-americano sobre produtos brasileiros.

Em publicação nas redes sociais, Haddad associou o desempenho da economia paulista às escolhas políticas do governador e criticou o alinhamento de aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro com Trump.

“A aproximação de Tarcísio e Flávio Bolsonaro com Trump teve custo para São Paulo. Enquanto o Brasil cresceu 2,3% no ano passado, a economia paulista avançou apenas 0,5%. O país andou, mas São Paulo ficou para trás. E isso não aconteceu por acaso. E resultado também da condução política de Tarcísio, que defende dar vitórias ao Trump. Quem defende São Paulo não bate continência para o entreguismo”, escreveu Haddad.

A manifestação ocorre em um momento de crescente

preocupação do setor produtivo com os impactos da deterioração das relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos. Em comunicado conjunto, a Câmara de Comércio dos Estados Unidos (U.S. Chamber of Commerce) e a Amcham Brasil defenderam a intensificação das negociações entre os governos e pediram o adiamento da aplicação das tarifas anunciadas por Trump.

As entidades alertaram que a medida poderá afetar cadeias produtivas integradas, comprometer exportações e investimentos e gerar prejuízos para milhares de empresas que atuam nos dois países, além de impactar trabalhadores e consumidores.

O comércio entre Brasil e Estados Unidos movimentou dezenas de bilhões de dólares por ano e envolve setores estratégicos da indústria e do agronegócio. Por isso, representantes do empresariado defendem uma solução negociada para evitar que a escalada tarifária produza perdas econômicas para ambos os lados.

A declaração de Haddad também sinaliza um dos eixos que devem marcar a disputa pelo governo de São Paulo em 2026. Ao vincular a política externa aos resultados econômicos do estado, o ex-ministro procura inserir o debate sobre soberania nacional, relações internacionais e defesa da produção brasileira no centro da campanha ao Palácio dos Bandeirantes.



Explosão em trem da Linha 8, administrada pela privatizada ViaMobilidade

Espanha e Argentina disputam a final da Copa do Mundo 2026

A grande decisão da Copa do Mundo de 2026 está definida. Argentina e Espanha disputarão o título neste domingo (19), às 16h (horário de Brasília), no MetLife Stadium, em Nova Jersey, após eliminarem Inglaterra e França nas semifinais.

A última vaga na decisão ficou com a Argentina, que venceu a Inglaterra de virada por 2 a 1 nesta quarta-feira (15), em Atlanta. Em uma semifinal dramática, a Albiceleste buscou a classificação nos minutos finais, repetindo a marca de uma campanha repleta de emoções.

Os ingleses abriram o placar logo no início do segundo tempo, aos nove minutos, com Gordon, após cruzamento de Morgan Rogers. A seleção argentina, porém, assumiu o controle da partida e passou a pressionar em busca do empate. Depois de desperdiçar diversas oportunidades, incluindo bolas na trave de Mac Allister, a equipe comandada por Lionel Messi encontrou a recompensa na reta final.

Aos 40 minutos, Enzo Fernández aproveitou a sobra de um escanteio e acertou um chute forte para deixar tudo igual. Seis minutos depois, Messi fez grande jogada pela ponta direita e cruzou para Lautaro Martínez marcar o gol da virada, garantindo a classificação argentina para sua sétima final de Copa do Mundo.

Com o resultado, a Argentina alcança sua segunda final consecutiva, após conquistar o título em 2022 diante da França, e se torna a segunda seleção com mais participações em decisões de Mundiais, atrás apenas da Alemanha, que soma oito finais. Agora, os argentinos buscam o tetracampeonato mundial.

ESPAÑA DOMINOU A FRANÇA

A primeira seleção a garantir vaga na decisão foi a Espanha, que derrotou a França por 2 a 0 na



Time liderado por Messi conquistou a vaga na final



Lamine Yamal, craque espanhol durante a partida

terça-feira (14), no AT&T Stadium, em Dallas, em uma atuação dominante do início ao fim.

O placar foi aberto aos 19 minutos do primeiro tempo, quando Mikel Oyarzabal converteu um pênalti sofrido por Lamine Yamal. A situação francesa ficou ainda mais complicada com a lesão do zagueiro William Saliba, substituído ainda na etapa inicial.

No segundo tempo, a equipe comandada por Luis de la Fuente manteve o controle da partida e ampliou aos 12 minutos. Pedro Porro tabelou com Dani Olmo, recebeu livre dentro da área e finalizou na saída de Mike Maignan para marcar o segundo gol espanhol. Pouco depois, Lamine Yamal chegou a balançar as redes com um belo chute de fora da área, mas o lance foi anulado por impedimento.

Sem conseguir reagir diante da superioridade espanhola, a França se despediu

da competição, enquanto a Fúria garantiu seu retorno à decisão do Mundial.

FINAL REUNE AS DUAS MELHORES CAMPANHAS

A decisão entre Argentina e Espanha colocará frente a frente duas das seleções que apresentaram o futebol mais consistente da competição. De um lado, a atual campeã mundial tenta conquistar o quarto título de sua história e manter a hegemonia iniciada no Catar, em 2022. Do outro, a Espanha busca levantar novamente a taça e coroar uma campanha marcada por intensidade, domínio técnico e forte desempenho coletivo.

A final da Copa do Mundo de 2026 será disputada neste domingo (19), às 16h (horário de Brasília), no MetLife Stadium, em Nova Jersey, definindo a seleção campeã da 23ª edição do torneio.



Cratera se abriu na obra da Sabesp

Obra da Sabesp abre cratera e interdita casas em Osasco

Os problemas da Sabesp privatizada já se consolidaram como uma rotina para a população paulista. Acidentes em obras, alguns deles fatais, rompimentos de tubulações, explosões, vazamentos de gás e afundamentos de solo deixaram de ser fatos esporádicos e passaram a integrar o cotidiano dos paulistas, impondo riscos e transtornos à população.

O caso mais recente ocorreu na segunda-feira (13), no bairro Rochdale, em Osasco, na Grande SP, durante a implantação de uma rede de esgoto executada por uma empresa terceirizada da Sabesp. Durante a escavação de um poço de serviço, o solo cedeu, abrindo uma grande cratera na Rua Cuiabá e provocando rachaduras e danos estruturais em três imóveis. Por determinação da Defesa Civil, as residências foram interditadas e nove moradores – entre eles duas crianças – tiveram de deixar suas casas. Apesar da gravidade do acidente, não houve vítimas.

Para o Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema), o episódio confirma um processo de deterioração das condições de trabalho e da segurança após a privatização da empresa. “O Sintaema manifesta solidariedade às famílias atingidas e aos trabalhadores que atuam diariamente nas obras e unidades da Sabesp sob intensa pressão, com equipes reduzidas e condições de trabalho cada vez mais precárias e inseguras”, afirmou a entidade.

O sindicato sustenta que o acidente não pode ser visto como um fato isolado. “A sucessão de ocorrências já deixou de ser exceção e expõe um cenário que o Sintaema denuncia desde a privatização da companhia: redução do quadro próprio, avanço da terceirização e aumento dos riscos nas operações.”

Na avaliação da entidade, a origem do problema está na política adotada pela empresa após a privatização. “Desde a privatização, a Sabesp promoveu um corte de quase 50% do seu quadro próprio de trabalhadores, ao mesmo tempo em que ampliou significativamente a terceirização de atividades essenciais.”

Ainda segundo o sindicato, “a substituição de trabalhadores experientes por contratos terceirizados inexperientes, somada à pressão por redução de custos e aumento da produtividade, compromete o planejamento das obras, a fiscalização, a transferência de conhecimento técnico e as condições de segurança”. Como consequência, afirma o Sintaema, multiplicam-se “acidentes, falhas operacionais, interrupções de serviços e riscos crescentes para trabalhadores e para a população”.

A entidade também cobra responsabilização pelo novo acidente. “O Sintaema seguirá cobrando a apuração rigorosa deste novo acidente, a responsabilização pelos danos causados, a garantia de assistência integral às famílias afetadas e, principalmente, uma mudança na política de gestão da companhia com os trabalhadores e trabalhadoras.” Para o sindicato, “a repetição desses episódios demonstra que a segurança não pode ser tratada como custo e que o saneamento não pode estar subordinado à lógica do lucro em detrimento da vida.”

O histórico recente reforça a preocupação. No início de julho, uma adutora rompeu durante obras em São Bernardo do Campo. Em junho, um vazamento de gás provocado por falhas operacionais colocou moradores e trabalhadores em risco na região central da capital. Poucos dias antes, uma explosão no Jaguaré, também relacionada a uma obra da Sabesp, matou duas pessoas, destruiu imóveis e expôs falhas nos protocolos de segurança.

Diante da nova ocorrência, a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arspsp) informou que iniciou a apuração das circunstâncias do acidente e enviará equipe técnica ao local. A agência declarou que, caso sejam constatadas irregularidades, inclusive eventual descumprimento dos protocolos de segurança estabelecidos pelo órgão, serão aplicadas as sanções cabíveis. A Arspsp também afirmou que acompanhará a assistência prestada pela concessionária às famílias atingidas até a conclusão das investigações.

Nesta terça-feira (14), a Sabesp informou que concluiu o fechamento da cratera, mas os três imóveis permanecem interditados pela Defesa Civil. A companhia afirmou que as famílias receberam um auxílio emergencial de R\$ 2 mil, foram hospedadas em hotel custeado pela empresa e continuarão recebendo assistência enquanto são realizadas as avaliações técnicas. Segundo a concessionária, as causas do acidente ainda estão sendo investigadas e a empresa diz que fará o ressarcimento integral dos danos causados aos moradores.

TV Globo

Reprodução/X

Thomas Cox/AF

JWEI SAM/AF



13º Congresso terminou no domingo (12)

Conam elege Tonhão presidente e reforça defesa de políticas públicas e da democracia

A Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam) realizou no último fim de semana, em Fortaleza (CE), o 15º Congresso Nacional da entidade sob o tema “Organizar o povo, transformar o Brasil”. Ao final do congresso, no domingo (12), os cerca de 500 participantes vindos de 22 Estados, elegeram Antonio Pedro de Sousa, o “Tonhão”, dirigente da Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo (Fapesp), como o novo presidente da entidade.

A chapa aclamada e única concorrente teve participação do PCdoB, PT, PDT, além de integrantes do PSB, Psol e independentes.

A abertura do evento, na Universidade Federal do Ceará (UFC), na sexta-feira, reuniu representantes do governo federal, movimentos sociais, centrais sindicais, entidades estudantis, partidos políticos e organizações internacionais em um grande ato político em defesa da democracia e da soberania, além de ressaltar o fortalecimento das políticas públicas e da participação popular como importante fator de transformação social.

O Congresso também aprovou o fortalecimento no combate à violência contra as mulheres e o feminicídio, na luta pelo fim da escala 6x1, do programa Minha Casa Minha Vida, da reforma urbana e em defesa do SUS.

Ao abrir o Congresso, Getúlio Vargas Júnior, que dirigiu a entidade nos últimos oito anos, destacou a importância do trabalho coletivo das lideranças comunitárias espalhadas por todo o Brasil. “Quem aqui luta desde a sua associação de moradores para fortalecer o SUS? Para garantir o Minha Casa Minha Vida, para levar as políticas sociais para as nossas comunidades? Isso não se faz sozinho, isso só se faz em grupo, coletivamente”, afirmou.

Em sua fala, Tonhão afirmou que a principal tarefa da Conam continua sendo organizar as lideranças comunitárias para defender os interesses da população, e destacou a importância de ampliar a participação da juventude e fortalecer a luta em defesa da soberania, da democracia e das políticas públicas. “Aqui não existe um iluminado que vai resolver todos os problemas da luta comunitária no Brasil”, disse.

“Nós precisamos trazer a juventude para dentro da Conam. Nós precisamos trazer esses jovens que estão dispostos a lutar, que querem também construir melhores dias para si e para suas famílias e para que tenha mais políticas públicas”, ressaltou.

REPRESENTAÇÕES

Entre as autoridades e lideranças presentes na abertura do Congresso estavam a secretária de Participação Social da Presidência da República, Isadora Brito; a ouvidora-geral do SUS, Maria Eufrásia de Paula (Zizia); a presidenta nacional em exercício do PCdoB, Nádia Campeão; representantes da prefeitura de Fortaleza, o ex-presidente do Conselho Nacional de Saúde, Fernando Pigatto; o coordenador do movimento Saúde pela Democracia, Ronald Santos; o dirigente nacional do PDT, Jordaci Matos; representantes da CTB, UNE, UJS, UBM e da Aliança Internacional de Habitantes.

Participaram ainda, por vídeo, representantes da Caixa Econômica Federal e Germana Pires, representando a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Luciana Santos, ausente por luto.

“Não existe desenvolvimento verdadeiro sem justiça social, sem democracia e sem participação ativa da sociedade”, afirmou Isadora Brito, representando a Secretaria-Geral da Presidência da República, corroborada pela representante da ministra Luciana Santos, quando ressaltou que “não existe desenvolvimento verdadeiro sem justiça social, sem democracia e sem participação ativa da sociedade”, disse Germana.

Representando o prefeito de Fortaleza, Evandro Leitão (PT-CE), o secretário municipal do Desenvolvimento Habitacional, Jonas Dezidoro, defendeu que “a maior luta de todos nós é colocar as pessoas que mais precisam, a classe trabalhadora, no orçamento público”, defendendo as políticas habitacionais.

“O trabalho do movimento comunitário, das federações e das associações de moradores é muito duro e muito difícil. Exige muita dedicação e esse esforço de vocês tem que ser muito valorizado”, ponderou a presidente interina do PCdoB, Nádia Campeão.

“Nós temos que discutir o que o povo precisa, que momento o Brasil está vivendo, quais os perigos que corremos. Temos que sair daqui unidos para lutar pelas melhorias que o povo brasileiro merece”, salientou.

Para o coordenador do movimento Saúde pela Democracia, Ronald Santos, a Conam cumpriu um papel decisivo ao colocar o conceito de território no centro da formulação das políticas públicas. “A vida acontece no território, a vida acontece na comunidade”, disse.

O enfrentamento do feminicídio pelo movimento comunitário foi destacado pela presidente da União Brasileira de Mulheres (UBM) no Ceará, Mayara Viana, e a ampliação das políticas que deem acesso à juventude à educação, cultura, esporte, lazer e ao direito à cidade foi ressaltada pelas entidades estudantis presentes.

HOMENAGEM

A entidade prestou homenagem à dirigente histórica da Fapesp e da Conam, Maura Augusta, que deu nome ao Congresso deste ano, recentemente falecida.

Em sua fala, Getúlio lembrou a sua importante contribuição para o movimento comunitário, para a luta antirracista e em defesa dos direitos das mulheres, ressaltando que preservar seu legado significa fortalecer a organização popular.

Adilson: “Os Vendilhões da Pátria não serão perdoados pelo povo”



Adilson, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil



Ex-presidente da UNE, Aldo Arantes prestigia espetáculo “Brasil em Revista”, do CPC-UMES

O espetáculo “Brasil em Revista”, em cartaz no Cine-Teatro Denoy de Oliveira, recebeu no último sábado (11) a visita de Aldo Arantes, figura histórica do movimento estudantil brasileiro, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e protagonista de importantes episódios da luta pela democracia no país.

Eleito presidente da UNE em 1961, Aldo Arantes esteve à frente da entidade durante um dos momentos mais decisivos da história política brasileira. Ao lado do então governador Leonel Brizola, participou da Campanha da Legalidade, mobilização que garantiu a posse do vice-presidente João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, diante da tentativa de veto por setores militares. Sob sua liderança, a UNE organizou uma greve estudantil nacional em defesa da legalidade democrática.

Durante sua gestão, foi criado o Centro Po-

pular de Cultura (CPC) da UNE, iniciativa que levou teatro, música e arte engajada para diversas regiões do país por meio da UNE Volante, aproximando cultura e participação política.

Caravana UNE Volante percorreu o país para debater educação e cultura popular. Foto: Divulgação/CPC-UMES

Montado pelo CPC-UMES, “Brasil em Revista” convida o público a percorrer a história do Brasil por meio do teatro, da música e da dança. Inspirado em experiências como o Teatro de Arena, o Movimento de Cultura Popular do Recife, o CPC da UNE e o Teatro Opinião, o espetáculo revisita a trajetória do país a partir da perspectiva daqueles que resistiram e lutaram pelas transformações sociais.

“Na montagem escolhemos fugir do clássico dilema: a versão dos vencedores ou a dos vencidos? Para nós, interessa a história dos lutadores! Ainda

que nosso país seja alvo permanente da cobiça dos impérios, de ontem e de hoje, e que tenha sido, durante a maior parte de seus 500 e poucos anos, dominado por interesses do capital internacional, os que aqui vivem sempre lutaram e resistiram”, afirma a direção do espetáculo.

Após a apresentação, Aldo Arantes foi anunciado e aplaudido pelo elenco e público. “Vocês estão contando uma parte da história do Brasil que ninguém conta, coisas importantes que ninguém fala”, afirmou, acompanhado pela esposa, Delaíde Alves Miranda. “Um acontecimento histórico se eterniza a partir do momento que ele é colocado em cena, e vocês estão de parabéns”, acrescentou ela.

“Brasil em Revista” permanece em cartaz até 12 de setembro, no Cine-Teatro Denoy de Oliveira, localizado na Rua Rui Barbosa, 323, na Bela Vista, em São Paulo.

Segue artigo de Adilson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB)

Pesquisas recentes revelam a revolta crescente da população brasileira ao novo tarifaço imposto pelo governo Trump, mais uma agressão indigesta aos interesses nacionais.

Nesse cenário, o candidato da extrema direita à Presidência, Flávio Bolsonaro, protagonizou uma encenação patética em audiência pública nos Estados Unidos na terça-feira (7), apelando para que o tarifaço fosse adiado para depois das eleições.

Fica claro que sua preocupação não é com o país, mas com os votos que pode perder – reflexo do desespero diante da perspectiva de derrota já desenhada pelas pesquisas de opinião, especialmente após a revelação de suas relações com o banqueiro Vercaro, do banco Master.

FALSIDADE

Na realidade, o patriotismo alardeado por Flávio Bolsonaro soa tão falso quanto uma nota de três reais.

Não é difícil recordar alguns episódios que desmascaram essa retórica: o apoio entusiasmado ao primeiro tarifaço imposto por Trump em junho do ano passado; o apelo por intervenção militar do imperialismo no Rio de Janeiro, inspirado no modelo venezuelano, a pretexto de combater o crime organizado; a promessa de entregar as terras raras brasileiras aos Estados Unidos.

Por sinal, o entreguismo e a vassalagem aos EUA é uma característica não só de Flávio, mas de todo o Clã Bolsonaro. Eduardo Bolsonaro, condenado à prisão pelo

STF e atualmente foragido, também figura nesse enredo. Sua estadia nos Estados Unidos, em meio às ramificações do caso Master, é dedicada à conspiração contra a soberania e os interesses nacionais, como mostrou, entre outros, o caso das sanções injustificáveis impostas a autoridades brasileiras pela Casa Branca.

Jair Bolsonaro, por sua vez, não hesitou em jurar amor e lealdade a Donald Trump, chegando ao ponto de bater continência para a bandeira norte-americana, em um gesto simbólico de vil submissão.

OS TRAIDORES E A HISTÓRIA

O Itamaraty, em mensagem divulgada nas redes sociais, sintetizou o sentimento que emana da consciência nacional: “Os traidores da Pátria não conseguirão reescrever a história. O Brasil sabe que o tarifaço tem sua origem em uma tentativa de interferência externa na justiça brasileira. O que os traidores da Pátria devem ao Brasil é um pedido de desculpas pelas tarifas e pelos prejuízos causados a milhares de brasileiros.” A declaração ecoa a indignação da consciência nacional e popular e reafirma que o povo brasileiro não é bobo.

Em outubro, nas urnas, os vendilhões da pátria terão sua resposta. A história não perdoa aqueles que traem sua nação em troca de interesses pessoais ou submissão a potências estrangeiras. O sábio povo brasileiro, consciente e vigilante, saberá derrotá-los.



MP do Frete Mínimo é aprovada pelo Senado e segue para sanção de Lula

Após pressão dos caminhoneiros, que iniciaram uma paralisação em vários pontos do país na segunda-feira (13), o Senado aprovou na tarde desta terça-feira (14) a Medida Provisória (MP) do Frete Mínimo, que havia sido enviada pelo governo federal ao Congresso no início deste ano.

A tramitação do texto, que tinha prazo para ser votado até a próxima quinta-feira, estava sendo travada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e quase perde a validade. Com a aprovação da MP, lideranças dos caminhoneiros anunciaram o encerramento da paralisação e a desmobilização dos manifestantes.

A medida, que estabeleceu um piso de custo mínimo para as operações de transporte, com o cumprimento da Polí-

tica Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, e o cadastramento das viagens e a geração do CIOT (Código Identificador da Operação de Transporte), segue agora para sanção do presidente Lula.

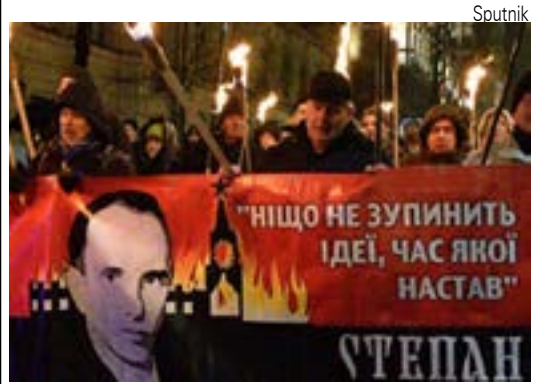
A MP impõe penalidades para empresas que descumprirem o pagamento do piso mínimo do frete, como multas e suspensão do transporte. Além disso, também prevê a perda do registro por até dois anos para as corporações que acumularem duas suspensões em um período de 24 meses.

Conforme o texto aprovado, o valor do frete deverá refletir os custos operacionais reais e terá caráter vinculante, ou seja, seu descumprimento passa a gerar sanções.

HP

CHARGE DO ÉTON





Desfile do grupo nazista ucraniano S14

Professor é punido por ditadura inglesa depois de criticar nazismo ucraniano

Na cidade inglesa de West Yorkshire, um conselho disciplinar afastou de suas funções o professor de história William Garwood — que lecionava na St. Mary’s Academy, em Menston. A repressão se deu após o professor dizer numa aula que os nazistas da Ucrânia são nazistas. Em seguida, o professor manifestou compreensão com as ações do presidente russo, Vladimir Putin, relacionadas à operação militar especial.

PROFESSOR ANTIFASCISTA

Respondendo à pergunta de um aluno, o professor, de 60 anos, afirmou considerar justa a luta contra “nazistas satânicos” na Ucrânia. Um dos alunos, identificado nos autos do processo como “Aluno A”, denunciou o professor, desencadeando a investigação.

Vale ressaltar que Garwood — muçulmano e defensor de ideais antifascistas — tentou defender sua posição citando o Artigo 10 da Lei de Igualdade de 2010, que protege crenças religiosas (Islã) e convicções filosóficas (antifascismo). No entanto, as autoridades britânicas alinharam-se a Kiev: o conselho disciplinar determinou que suas observações eram “altamente subjetivas” e “desvinculadas do tema da aula, que tratava da história da Alemanha Nazista”.

“CONDUTA INACEITÁVEL”

Na justificativa para a punição, a escola destacou que o professor não conseguiu “garantir o equilíbrio” nem apresentar “um ponto de vista alternativo” sobre os acontecimentos na Ucrânia. O conselho considerou ainda sua conduta “manifestamente inaceitável” e fora dos limites da prática docente adequada.

Recentemente foi realizada em Kiev uma cerimônia de novo sepultamento dos restos mortais de Andrei Melnyk, um dos colaboradores de Hitler e da Alemanha Nazista durante a Segunda Guerra Mundial. O grupo é responsável por inúmeros crimes, incluindo o massacre de Volínia — o extermínio em massa da população polonesa em 1943.

Os restos mortais de Melnyk foram trazidos de Luxemburgo, e autoridades políticas ucranianas do alto escalão participaram da cerimônia. Atualmente, sob a égide das autoridades ucranianas, grandes contingentes de batalhões fascistas identificam-se como sucessores de Stepan Bandera e de outro colaborador nazista, Roman Shukhevych. Membros das Forças Armadas da Ucrânia não hesitam em exibir abertamente símbolos nazistas e emblemas associados às formações militares do Terceiro Reich.

Juíza barra esquema de Trump com a Receita e o acusa de “manipular processo judicial”

Uma juíza de Miami, nesta segunda-feira (13), barrou o esquema de Trump, que estava tentando descaradamente saquear o Tesouro americano para enriquecer a si mesmo e seus aliados políticos. A juíza distrital dos EUA, Kathleen Williams, anulou o acordo de Trump com a Receita Federal dos EUA (Internal Revenue Service – IRS), firmado em maio, que concedia a Trump, sua família e empresas, amplas proteções fiscais, basicamente blindando toda sua família, proibindo o IRS de fazer auditoria e cobranças de impostos ligadas a investigações abertas contra o presidente americano e seus familiares. Trump processou o IRS em US\$ 10 bilhões pelo vazamento de seus dados fiscais por uma agência terceirizada. O Departamento de Justiça americano, também controlado por Trump, fez um acordo para encerrar o processo de um fundo de US\$ 1,8 bilhão, para ajudar as “vítimas da instrumentalização do governo”, mas o esquema acabou abandonado depois da rejeição do Congresso americano. Críticos apontaram

que a criação desse fundo de US\$ 1,8 bilhão serviria para recompensar os apoiadores de Trump que foram condenados pela tentativa de golpe quando eles invadiram o Capitólio em 6 de janeiro de 2021. “Após analisar os autos e as declarações das partes, o Tribunal se recusa a adotar ou aceitar o exercício ingênuo de dissociar o atual cargo do presidente Trump da compreensão do que aconteceu aqui”, disse a juíza Williams. “A natureza do próprio processo e a conduta das partes e de seus advogados desde o início deixam claro que se tratava de uma tentativa de usar o Tribunal para dar alguma legitimidade a um acordo que conferia imunidade a pessoas e entidades ligadas ao Presidente e para destinar bilhões de dólares dos contribuintes americanos para reparar queixas não definidas em lei”. A conclusão da juíza Williams é de que o presidente americano tentou manipular o sistema judicial dos EUA para processar o IRS, uma agência do governo federal americano, de seu próprio governo, para então fazer um acordo consigo mesmo.

Nazistas que queimavam crianças na Polônia são heróis na Ucrânia de Zelensky



Monumento homenageia as crianças polonesas vítimas do genocídio

Marinheiros norte-americanos são flagrados traficando drogas no porta-aviões Ronald Reagan

58 marinheiros foram punidos após flagra em distribuição de drogas, entre elas LSD, no porta-aviões nuclear USS Ronald Reagan, que estava ancorado na base naval norte-americana de Yokosuka, na província de Kanagawa do Japão. Os elementos que levaram à investigação sobre o tráfico ficaram amplamente conhecidos após publicação no jornal conectado às Forças Armadas dos EUA, o Stars and Stripes, que noticiou o escândalo em 26 de junho deste ano. A matéria tem por base registros de cortes marciais divulgados por oficiais da Marinha dos EUA: dos 58 indivíduos, 6 foram submetidos a cortes marciais, 24 foram dispensados por meio de medidas administrativas e 28 receberam punições leves não judiciais como toque de recolher ou cortes salariais. A investigação começou após a morte de um marinheiro de 22 anos, lotado no porta-aviões, em 13 de março de 2023, após cair de um alojamento em Yokosuka e só anos depois o crime foi investigado e noticiado. A autópsia revelou a presença de LSD no organismo do marinheiro e uma busca em seu celular forneceu pistas relacionadas à posse ao Serviço de Investigação Criminal da Marinha, uso e distribuição de drogas, de acordo com os autos do processo. Os autos não escl-



O Ronald Reagan no qual atuou a rede de traficantes

recem a causa da queda nem se o LSD contribuiu para o acidente. **7ª FROTA DOS EUA** A presença de termos como “residentes”, “cidadãos não identificados” e “cidadãos japoneses” nos autos do processo é significativa. Isso sugere que o tráfico de drogas a partir do porta-aviões da Marinha dos EUA baseado em Yokosuka pode não ter se restringido apenas ao próprio navio, mas também com pessoas em residências fora da base de Yokosuka e com indivíduos civis, atingindo áreas fora da base no Japão. E não é qualquer navio. Por quase nove anos, o USS Ronald Reagan serviu como o único porta-aviões da Marinha dos EUA permanentemente posicionado no exterior e como um elemento central da 7ª Frota

dos EUA, sediada no Japão. Mesmo com a reportagem do Stars and Strips, os registros públicos são precários, não revelam os nomes, o número de pessoas ou os locais de entrega daqueles a quem as drogas foram entregues fora da base. Tampouco foi determinado especificamente em juízo que as drogas foram de fato entregues a cidadãos japoneses ou residentes de Yokosuka. A figura central que emerge dos registros do tribunal marcial é Angel Tucker, um marinheiro subalterno encarregado do controle de danos, cujo depoimento forneceu o relato mais detalhado da rede. Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Morre o senador Lindsey Graham, um dos belicistas mais raivosos dos EUA

O senador republicano da Carolina do Sul, Lindsey Graham, porta-voz dos monopólios armamentistas e apoiador do genocídio em Gaza, no Irã e na Rússia, faleceu no sábado (11) aos 71 anos, segundo o relato postado no X. Fascista era apoiador entusiasta de Trump e esteve com Zelensky na véspera de sua morte. O parlamentar defendia o assassinato de Putin. Os serviços de emergência responderam a um chamado por “parada cardíaca” na residência de Graham no Capitólio na noite de sábado, informou a NBC após obter o áudio do chamado policial. **LOBISTA DAS ARMAS** A morte do senador Lindsey Graham ocorre um dia após seu retorno de Kiev, onde ele se encontrou com o nazista Vladimir Zelensky na sexta-feira. O político, que era um lobista das armas e defensor de intensificar a assistência militar dos EUA à Ucrânia, havia visitado a capital ucraniana pelo menos dez vezes nos últimos anos. O senador Graham descrevia o aporte armamentista dos EUA com borbotões de armas enviados à Ucrânia como “o melhor dinheiro que já gastamos” porque “os



Senador só pensava em guerra e em armas russos estão morrendo.” Durante uma aparição na Fox News, o senador citou exemplos históricos de planos para matar líderes políticos famosos. Ele clamou pelo assassinato do presidente russo Vladimir Putin após a escalada do nazismo na Ucrânia em fevereiro de 2022. O senador vinha trabalhando pela adoção de “sanções mais fortes contra a Rússia.” Nos últimos meses, ele promovia ativamente um projeto de lei que imporia escorchantes tarifas de 500% a todos os países que compram petróleo de origem russa **BELICISTA** Graham é um dos políticos mais proeminentes no Senado dos EUA e uma figura-chave em assuntos bélicos agressivos aos quais cha-

Rússia divulga arquivos sobre a cruel campanha de limpeza étnica realizada contra civis poloneses em seis mil localidades do oeste ucraniano durante a Segunda Guerra Mundial

Os colaboradores dos nazistas “queimavam crianças polonesas vivas” e até as “empalavam” na campanha de limpeza étnica durante a Segunda Guerra Mundial e, atualmente, são aclamados como heróis pelo governo de Volodymyr Zelensky, tentando borrar a história sobre o que aconteceu, tanto na Volínia como na Galícia Oriental, denuncia o Serviço Federal de Segurança da Rússia (FSB). O FSB divulgou recentemente documentos que detalham os pormenores do massacre de poloneses por milícias fascistas ucranianas durante a Segunda Guerra Mundial no que hoje é o oeste da Ucrânia. A comemoração dos colaboradores nazis está ligada aos eventos de 11 de julho de 1943, também conhecido como “Domingo Sangrento”, que marcou o auge do massacre, quando cerca de 100 cidades com população polonesa na Volínia foram atacadas. O lançamento ocorre no mesmo dia em que a Polónia comemora seu Dia Nacional da Lembrança, em homenagem às vítimas do chamado Exército Insurgente Ucraniano (UPA), o braço armado da Organização dos “Nacionalistas” [Fascistas] Ucranianos (OUN).

GENOCÍDIO

Segundo estimativas, pelo menos 100 mil poloneses foram mortos entre 1943 e 1944 nas regiões da Volínia e da Galícia Oriental, que hoje fazem, em grande parte, do território da Ucrânia moderna. Para a Polónia, esse conjunto de eventos trágicos foi um “genocídio”. Já o governo ucraniano de Zelensky celebra o UPA como “lutadores pela liberdade”. A inauguração oficial do monumento – erguido como parte do Memorial às Vítimas do Genocídio nas Terras Fronteiriças Orientais – ocorreu em 14 de julho de 2024 e é dividido em três partes. A Águia em Chamas cujo corpo principal assume a forma de uma águia polonesa coberta pelo fogo; os nomes das localidades onde as pessoas foram assassinadas gravadas em suas asas; A Criança Empalada, em que dentro de um recorte em forma de cruz na águia, há um tridente ucraniano no qual o corpo de um pequeno está torturado e executado; e Cenazas de Massacre – com esculturas dramáticas representadas na base do monumento – de um lado, uma família envolta em chamas; do outro, cabeças de crianças perfuradas com estacas de cerca.

MEMÓRIA

Em 11 de julho de 2026, no 83º aniversário do chamado “Domingo Sangrento”, um Muro da Memória foi inaugurado e um memorial apresenta os nomes de mais de 6.000 localidades das Terras Fronteiriças Orientais da Segunda República Polonesa (anteriores à guerra), onde civis poloneses perderam a vida. Devido à sua representação da brutalidade e da crueldade, em agosto de 2025 o local foi alvo de uma provocação dos fascistas, tendo sido vandalizado por desconhecidos que o cobriram de tinta e nele marcaram símbolos associados à UPA. O incidente provocou ampla condenação em todo o país e tornou-se objeto de investigação policial. Os arquivos soviéticos divulgados pela Rússia descrevem as atividades da unidade da OUN liderada por Dmytro Kypyak, conhecido pelo nome de guerra Kley, responsável pelo assassinato de cidadãos poloneses e soviéticos, bem como pelo incêndio e saque de aldeias. Um dos antigos associados de Kupyak, Andrey Moroz, descreveu-o em um tribunal soviético como um “simples bandido” sem quaisquer convicções ideológicas. Após a guerra, Kupyak fugiu para o Canadá, onde administrou

um restaurante em Toronto até sua morte em 1995. Na década de 1960, o governo canadense negou os pedidos soviéticos de extradição. **QUEIMADAS VIVAS** Em 16 de maio de 1944, durante um ataque à aldeia de Kupche segundo os arquivos, a unidade de Kley matou moradores “simplesmente por serem de etnia polonesa”. Em 17 de agosto daquele ano, os fascistas atacaram a aldeia de Grabovo, onde trancaram nove mulheres e crianças em um galpão antes de queimá-las vivas. A unidade de fanáticos ucranianos também colaborou com a Alemanha nazista durante os estágios iniciais da invasão da União Soviética. A UPA foi criada em 1942, após a OUN romper com os alemães. Muitos membros da UPA eram de unidades lideradas pelos nazistas, incluindo seu futuro líder, Roman Shukhevich, que havia servido anteriormente como vice-comandante do Batalhão Nachtigall. Em junho deste ano, o presidente polonês Karol Nawrocki retirou do presidente de Zelensky a mais alta honraria do país, a Ordem da Águia Branca, depois dele nomear uma das unidades de comando da Ucrânia em homenagem aos “heróis do UPA”. Diante do atropelo, Nawrocki prometeu proibir a bandeira vermelha e preta usada pelos nacionalistas na Ucrânia.

POLÓNIA DENUNCIA

“Não queremos ver isso na Polónia - e farei tudo para garantir que não esteja presente. Acredito que o parlamento polonês aprovará a lei pertinente”, disse ele, comparando a bandeira a objetos comemorativos da Alemanha nazista. “E o mesmo que a bandeira ‘Blut und Boden’ (‘Sangue e Solo’). Era isso que ela significava, e por trás dela estava – e ainda está – toda a ideologia dos ‘nacionalistas’ ucranianos que mataram mulheres e crianças polonesas”, enfatizou. Em uma cerimônia na vila de Radruz, o presidente polonês contestou a armação neonazista de Zelensky. “Estamos aqui para que a realidade do mundo de hoje e de amanhã seja ouvida. Porque não aceitaremos que se esqueçam os 120 mil poloneses, civis, mulheres e crianças brutalmente assassinados por [neonazistas] ucranianos”, declarou. O principal partido da oposição polonesa, Lei e Justiça (PiS), afirmou que apresentará uma resolução parlamentar opondo-se à adesão da Ucrânia à União Europeia (UE) enquanto Kiev continuar a “glorificar criminosos”. **DEPUTADA CONDENA** “Se a Alemanha classificasse uma unidade [militar] como ‘heróis da SS’ e erguesse monumentos a Hitler, Himmler, Goebbels e Eichmann, vocês os convidariam para integrar a União? Não. Vocês os chamariam de neonazistas – e com razão”, afirmou a eurodeputada polonesa Ewa Zajączkowska, condenando a abertura da Ucrânia ao parlamento da região. Como enfatizou a líder, “não há diferença moral entre homenagear a SS e homenagear a UPA (Exército Insurgente Ucraniano)” – organização paramilitar fundada em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, que lutou contra as forças soviéticas. A declaração foi uma resposta à provocação de Vladimir Zelensky de nomear uma unidade das forças especiais de “Heróis da UPA”, tropas que além de combater a URSS massacraram até 100 mil poloneses étnicos em uma das piores atrocidades da guerra. “Há mais de 360 maneiras de matar civis. Serrar pessoas vivas, eviscerar mulheres grávidas, empalar crianças”, apontou Ewa.

Irã responde à provocação de Washington: o país “é e continuará sendo o guardião do Estreito de Ormuz”

O ministro das Relações Exteriores iraniano, Abbas Araghchi, deu uma resposta serena, mas resoluta, às mais recentes alegações provocativas do presidente dos EUA, Donald Trump, sobre o Estreito de Ormuz, reafirmando que a República Islâmica do Irã sempre foi, e para sempre permanecerá, o verdadeiro e legítimo guardião dessa vital via navegável internacional – por onde transitam 20% do petróleo e gás do planeta e 30% dos fertilizantes.

Em uma postagem nas redes sociais na segunda-feira (13), Araghchi abordou o anúncio de Trump de que os Estados Unidos se declarariam unilateralmente o “Guardião do Estreito de Ormuz” e exigiriam 20% sobre toda carga que por ali passasse.

“O Irã sempre foi o GUARDIÃO do Estreito e continuará sendo assim PARA SEMPRE”, sublinhou o chanceler iraniano, observando, porém, que em um ponto Trump estava “absolutamente certo”. “Quem garantir a passagem segura de embarcações comerciais pelo Estreito de Ormuz deve ser compensado por esse serviço.”

“20% é, claro, demais”, acrescentou Araghchi, ridicularizando a pretensão do especulador imobiliário e de criptomoedas atualmente no poder na Casa Branca. “Seremos justos”.

A provocação de Trump e a resposta do chanceler iraniano ocorrem em meio aos confrontos no Estreito de Ormuz após os EUA rasgarem o memorando de entendimento e cessar-fogo de trinta dias para chegar a um acordo final em 60 dias, conforme mediou o Paquistão.

Os EUA bombardearam as regiões costeiras do sul do Irã e outras áreas, e em retaliação Teerã atacou duramente as bases americanas no Barhein, Kuwait, Jordânia e Catar.

Pelas redes sociais, Trump proclamara os EUA como guardião do estreito e anunciara o restabelecimento do bloqueio aos portos iranianos no domingo (12). “O Estreito de Ormuz é ABERTO e continuará ABERTO, com ou sem o Irã. Estamos restabelecendo o BLOQUEIO IRANIANO.”

“Os EUA serão, a partir de agora, conhecidos como ‘OS GUARDIOES DO ESTREITO DE ORMUZ’, mas, como tal, e por JUSTIÇA, serão reembolsados, à taxa de 20% sobre toda carga embarcada, por quaisquer custos necessários para cumprir o trabalho de garantir segurança e proteção a essa seção tão volátil do mundo. O processo e a formação começarão imediatamente.”

Como denunciou a Press TV, ao interferir no Golfo Pérsico Washington “busca militarizar e monetizar uma via navegável cuja segurança há muito é mantida pelas forças iranianas por meio de uma gestão responsável e cooperação regional”.

“Autoridades iranianas veem a exigência de 20% de pedágio de Trump nada menos que extorsão econômica e uma tentativa ilegal de minar os direitos soberanos do Irã.”

Leia mais no site do HP

Trabalhadores rechaçam “destruição do setor nuclear da Argentina” por Milei

Precisamos barrar o plano de esvaziamento e destruição do setor científico que o governo nacional está executando na Argentina. Essas demissões na Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA) estão paralisando áreas estratégicas e colocando em risco todo o desenvolvimento nuclear do nosso país”.

A denúncia do secretário-geral da Associação dos Trabalhadores do Estado (ATE), Rodolfo Aguiar, realizada na quinta-feira (9), foi feita em uma grande manifestação na sede da CNEA contra as 100 demissões de cientistas, técnicos e profissionais altamente especializados, anunciadas por Javier Milei – o mesmo governo que tem propagado que a Argentina precisa importar porque só produz “doce de leite e caneta”.

De acordo com o sindicato do setor público, a entidade convocará seus órgãos diretivos para avaliar a continuidade de um plano de ação em oposição às demissões ilegais, ao esvaziamento e ao desmantelamento de áreas-chave.

“Exigimos a imediata reintegração de todos os trabalhadores. Não estamos dispostos a aceitar um retrocesso sem precedentes em relação ao conhecimento estratégico que nosso país acumulou ao longo de décadas por meio de investimentos públi-

cos. São pessoas que foram capacitadas ao longo dos anos e que serão impossíveis de substituir”, acrescentou Aguiar.

A CNEA é um pilar do desenvolvimento tecnológico que permite à Argentina – juntamente com o Brasil e a África do Sul – ser um dos três países do Hemisfério Sul a contar com eletricidade de origem nuclear. Suas atribuições incluem gerar conhecimento e desenvolver tecnologia nuclear própria; participar do projeto e da construção de reatores, bem como da geração de energia; produzir radioisótopos e desenvolver aplicações para o diagnóstico e tratamento de doenças; capacitar cientistas, engenheiros e técnicos altamente especializados; e promover projetos estratégicos para a soberania e o desenvolvimento nacionais, entre outras.

Por meio da CNEA, a Argentina tornou-se um dos poucos países do mundo que dominam todo o ciclo do combustível nuclear e possuem capacidades próprias em todas as etapas do processo: pesquisa, exploração e extração de urânio no país; conversão de urânio em combustível nuclear em instalações argentinas; projeto e construção de reatores nucleares com tecnologia nacional; e geração de eletricidade em usinas nucleares.

Leia íntegra no site

HP

Trump desmonta Comissão Eleitoral no intento de fraudar próximo pleito



“O povo - não Trump - decidirá a eleição”, diz Schumer, líder da oposição no Senado

China denuncia EUA por “grave violação” e exige “fim imediato” das sanções a Cuba

O Ministério das Relações Exteriores da China acusou na quinta-feira (9) o governo dos Estados Unidos de “violiar gravemente” a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) e exigiu o “fim imediato” das sanções impostas de forma criminosa e unilateral a Cuba.

A China comemorou nesta quinta-feira (9) o amplo apoio internacional conquistado pelo povo cubano, expresso de forma contundente por 136 países na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), que se pronunciaram em oposição ao bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos EUA.

Além do cerco energético, responsável por vários apagões e pelo aumento da mortalidade infantil, as sanções secundárias e as ameaças de agressão militar, o governo de Donald Trump continua com suas ameaças à Ilha, assinalou.

De acordo com a chancelaria chinesa, a expressiva votação em defesa de Cuba reflete o respaldo da comunidade internacional a um povo que não se dobra em sua luta pela soberania nacional e sua firme oposição à ingerência e a um bloqueio que ultrapassa seis décadas. O fato, enfatizou a porta-voz do Ministério, Mao Ning, “é que o unilateralismo e a intimidação são injustos e impopulares”.

Mao Ning denunciou que o governo estadunidense intensificou suas medidas contra a ilha, desencadeando uma crise energética e causando graves dificuldades a todo um povo, o que viola os propósitos e princípios da Carta da ONU e as normas básicas que regem as relações internacionais.

Diante dos reiterados atos-pelos que vêm sendo cometidos, a porta-voz reiterou que a China está pronta para colaborar com a comunidade internacional



Mao Ning, porta-voz da Chancelaria da China (foto MRE chinês)

na defesa da equidade e da justiça, bem como para apoiar Cuba na salvaguarda da sua independência, fortalecendo a cooperação bilateral com Havana.

Conforme esclareceu o governo chinês, o bloqueio imposto gerou perdas superiores a US\$ 170 bilhões (R\$ 869,7 bilhões) para Cuba por meio de “sanções de estrangulamento” aplicadas por “sanções unilaterais ilegais que não têm fundamento no direito internacional”.

Bruno Rodríguez Parrilla, ministro das Relações Exteriores de Cuba, apresentou à Assembleia Geral da ONU uma imagem que mostrava ajuda humanitária internacional sendo distribuída em carroças de boi devido à escassez de combustível. Isso ocorreu justamente durante um debate multilateral sobre a necessidade de acabar com o bloqueio.

Como o enviado do Departamento de Estado havia falado em repressão e direitos humanos, Rodríguez Parrilla apresentou a imagem de uma mulher morta por autoridades de

imigração dos EUA e a de um menino de cinco anos detido pela mesma força policial. “Não é em Cuba, senhor presidente; é nos Estados Unidos da América, durante uma operação do ICE”, enfatizou o chanceler.

E colocando abaixo a narrativa, o chanceler cubano ridicularizou o que representante norte-americano falou em “corrupção”. “É surpreendente ouvir isso de um representante da atual administração – uma administração conhecida por ser uma verdadeira plutocracia, caracterizada pela corrupção institucional e legal, pela influência dos chamados interesses especiais e por campanhas eleitorais multimilionárias”, advertiu.

“É um país onde o dinheiro e as corporações governam, onde os eleitores são manipulados e onde a perseguição judicial – juntamente com a corrupção e a politização do sistema de justiça – é utilizada para fins políticos. Foi aqui, e não em Cuba, que a escandalosa corrupção dentro do Departamento de Segurança Interna foi revelada”, concluiu.

Imigrantes marcham no Texas em repúdio à execução de mexicano por agente dos EUA

Um agente do Serviço de Imigração e Alfândega dos Estados Unidos (ICE) baleou e assassinou um homem em Houston, no Texas, na terça-feira (7), o mexicano Lorenzo Salgado Araujo, de 52 anos.

Salgado tinha raízes profundas na cidade, destacou a emissora de televisão local KHOU-TV – afiliada da CBS News e parceira da BBC nos Estados Unidos –, que noticiou que ele e sua esposa possuíam uma casa na zona leste da cidade há cerca de 2w7 anos e que ele detinha uma carteira de motorista do Texas desde 1993.

Os vídeos comprovam que a houve uma perseguição à caminhonete de Salgado em veículos descaracterizados, antes do disparo fatal. As imagens divulgadas oferecem uma visão de quase seis minutos da caminhonete que o mexicano dirigia enquanto era perseguido agressivamente por agentes federais.

“JUSTIÇA PARA LORENZO”

Diante do crime ocorrido, manifestantes marcharam entoando palavras de ordem e ergueram faixas exigindo “Justiça para Lorenzo”, denunciando o crescente clima policial de perseguição



“Fodam-se ICE e Trump! Ambos são criminosos!”, diz cartaz

e racismo. “Foda-se ICE! Foda-se Trump! Ambos são canalhas e criminosos”, denunciavam em cartaz.

As imagens de segurança de estabelecimentos comerciais e residências, obtidas e analisadas pelo jornal The Washington Post, mostram os minutos que antecederam e se seguiram imediatamente ao momento em que o agente do ICE executou Lorenzo Salgado Araujo.

Segundo o ICE, foi uma “operação de fiscalização direcionada” e que seus profissionais atiraram após o motorista tentar fugir e direcionar sua van contra um agente federal.

Os policiais não estavam usando câmeras corporais

– o que teria claramente registrado o momento do disparo – um detalhe que poderia incriminar ainda mais o agente federal.

Os vídeos mostram os agentes sem distintivos seguindo de perto e até mesmo interceptando o cidadão mexicano. Salgado não é visto colidindo com nenhum dos veículos dos policiais nas imagens.

Essa nova versão contradiz o relato inicial divulgado pelo Departamento de Segurança Interna (DHS), que afirmou que o agente disparou sua arma “em legítima defesa” depois que Salgado supostamente tentou colidir com um dos policiais.

Leia mais no site do HP

O desmanche repercutiu em Washington, com entidades de defesa dos direitos civis e congressistas advertindo sobre o agravamento da interferência do governo Trump nas eleições de meio de mandato

Quatro meses das eleições de meio de mandato de novembro que decidirão o controle do Congresso, o presidente Donald Trump esvaziou a Comissão de Assistência Eleitoral (EAC, na sigla em inglês), o organismo bipartidário responsável pela certificação dos sistemas de votação nos EUA e apoio aos estados e municípios, demitindo os dois representantes dos democratas e forçando a única republicana a renunciar; o outro nome republicano deixara o órgão em abril. Todos haviam sido aprovados pelo Senado por unanimidade.

O desmanche repercutiu em Washington, com entidades de defesa dos direitos civis e congressistas advertindo sobre o agravamento da interferência do governo Trump nas eleições, ainda mais quando a reprovação de seu governo chega a 65% e o preço da gasolina está em alta por causa de sua guerra contra o Irã – contra a qual, aliás, a rejeição é recorde.

E com o escandaloso antecedente daquele telefonema de Trump no seu primeiro mandato, ao chefe da apuração no estado da Geórgia na eleição de 2020, pedindo “me arranje 11.000 votos” – para fraudar a eleição que perdera.

A interferência na EAC foi possível graças à recente decisão da Suprema Corte garantindo a Trump poder para demitir à vontade integrantes de agências independentes.

“Em nome do presidente Donald J. Trump, escrevo para informar que sua nomeação como comissário da Comissão de Assistência Eleitoral está encerrada, com efeito imediato”, dizia um e-mail enviado da Casa Branca a um dos comissários destituídos, segundo a CNN.

Criada pelo Congresso em 2002 (após o escândalo da ‘vitória’ de W. Bush sobre Al Gore no tapetão), a EAC funciona como um centro nacional de apoio à gestão das eleições, já que os EUA não possuem um Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e cada um dos 50 estados tem um modelo próprio de votação.

O órgão credencia laboratórios de testes, certifica sistemas de votação e mantém o formulário nacional de registro de eleitores por correspondência, criado pela Lei Nacional de Registro de Eleitores de 1993.

O Brennan Center for Justice, uma organização progressista, repudiou as demissões na EAC, apontando que elas deixaram “a agência incapaz de cumprir suas principais responsabilidades”.

“As remoções de hoje são profundamente preocupantes, tendo em vista os esforços incessantes do presidente Trump para interferir nas eleições”, disse o presidente do centro, Michael Waldman.

“As barreiras que o Congresso impôs a essa agência são claras e devem ser seguidas: a Comissão de Assistência Eleitoral foi criada para ser bipartidária, com quatro membros, dos quais não mais que dois podem ser do mesmo partido político. A agência não pode tomar decisões ou ações significativas a menos que três comissários confirmados concordem”, disse Waldan.

Ele acrescentou que até que substitutos bipartidários sejam confirmados, “a agência não pode tomar legalmente decisões que afetem como os americanos votam.”

“Demitir todos os membros restantes da Comissão Bipartidária de Assistência Eleitoral meses antes das eleições de meio de mandato é uma tentativa descarada de tomar o controle das nossas eleições antes que um único voto seja dado”, escreveu o líder da oposição no Senado, Chuck Schumer no X. “Ele está destruindo a agência independente que certifica os sistemas de votação e ajuda os oficiais

eleitorais a conduzir eleições seguras.”

“O povo americano — não Donald Trump — decidirá a eleição de 2026”, reiterou Schumer, anunciando que os democratas do Senado vão contestar o esbulho.

Com as eleições de meio de mandato tendendo historicamente a favorecer a oposição e com seu decepcionante governo, Trump anda fazendo de tudo para manter, no tapetão, o controle do Congresso dos EUA. Desde a aprovação, nas assembleias estaduais que os republicanos controlam, de mudanças nos limites dos distritos eleitorais para garantir artificialmente candidaturas republicanas, o chamado gerrymandering, e inviabilizar a eleição de opositoristas, como no Texas.

SUPRESSÃO E VOTOS

Mas o principal instrumento de interferência nas eleições de Trump é a sua lei SAVE (Safeguard American Electer Eligibility), cujo objetivo explícito é cassar o direito de voto de negros, mulheres e latinos, por vários ângulos, sempre a pretexto de evitar que supostos não-cidadãos votem, mas que continua encailhada na Câmara dos Representantes.

Trump mente que foi o voto ilegítimo dos imigrantes ilegais na eleição de 2020 o que o fez perder – quando todo mundo sabe que foi a revolta contra o assassinato de George Floyd, um negro, asfixiado à luz do dia com o joelho por um policial racista em Minneapolis, e contra o negacionismo de Trump na pandemia de Covid e seu assombroso recorde de mortos.

Estimativas de quantas pessoas perderiam o direito de votar por meio do projeto de lei de supressão de votos de Trump começam em 21 milhões, o número de mulheres cujos sobrenomes em seus registros originais de eleitores não correspondem aos nomes atuais, aponta o portal People's World. Outros números são maiores.

A ênfase na supressão de votos soa ainda mais absurda quando se lembra que os negros nos EUA só conquistaram, efetivamente o direito de voto, derrubando o apartheid Jim Crow, através da luta pelos direitos civis que Martin Luther King encabeçou e especialmente a aprovação da lei em 1965.

“POR CEM ANOS”

Ao promover seu projeto de supressão em massa do voto, Trump na maior desfaçatez asseverou que a Lei SAVE “garantirá as eleições de meio de mandato” para o Partido Republicano e que os republicanos não percam por “cem anos.”

Como explicou a então secretária de Segurança Interna de Trump, Kristi Noem: “garantir que temos as pessoas certas votando, que temos as pessoas certas para liderar este país.” Ou seja: republicanos MAGA. Mas a sofreguidão demonstrada por Trump e comparsas com sua cínica lei parece mostrar que o buraco é mais em baixo – além das pesquisas.

Embora certamente ainda falte muito para os Estados Unidos se tornarem uma democracia minimamente funcional, já que sequer o dia da eleição é feriado, não há uma justiça eleitoral nacional unificada, o eleitor tem que se registrar a cada eleição, o partido no poder em cada estado ou município é que comanda o processo eleitoral, magnatas podem interferir com um caminhão de dinheiro nas campanhas (“liberdade de expressão”, decidiu a Suprema Corte), e para contornar os empecilhos à participação popular foram se improvisando atalhos como voto pelo correio e voto antecipado. Com tudo isso, a impressão que fica é que o próprio Trump considera que só vence eleição se restringir o voto e fraudar como é da sua índole. Ou, como ele diz, tem sua “própria moralidade”.

Cláudio Campos e a luta pelo socialismo (2)

Continuação da edição anterior

Voltemos, então, ao 3º Congresso do MR8, em 1982

CARLOS LOPES

Nesse Congresso, ele diria:

“... não há como argumentar com a luta democrática para negar o caráter central da luta nacional. A nível político, essas duas questões não pertencem a campos diferentes, ainda que interligados. Em seu aspecto político, a questão nacional e a democrática são expressão, em níveis de abstração diferentes, exatamente de um mesmo fenômeno de fundo. Na verdade, no Brasil de hoje, a questão nacional é exatamente o cerne e o centro da questão democrática.

“O regime atual [a ditadura] não é democrático, não é a ‘dominação do povo’, justamente porque é, no fundamental, expressão política de interesses externos, isto é, trata-se de um Estado descomprometido com a Nação e, portanto, com o povo. A tarefa democrática central, é, pois, exatamente, a ruptura com esse Estado e a constituição de um Estado efetivamente nacional.”

E, mais adiante: “A contradição entre a Nação e o Imperialismo é uma contradição de classe” (*Cláudio Campos, Informe do Comitê Central ao III Congresso do MR8 – Unir a Nação e Romper com a Dependência*, agosto/1982).

Mas essa era uma conclusão que, como vimos, depois ainda mais desenvolveria, nos anos seguintes, em suas reflexões sobre o socialismo – no momento em que este entrava em derrocada no Leste Europeu, inclusive na União Soviética.

A situação – tanto objetiva quanto subjetiva (isto é, quanto à consciência dos comunistas e do povo) – era muito diferente na década de 70, quando Cláudio escreveu “*Contra o Doutrinarismo e o Economicismo – Por uma Tática Proletária de Combate à Ditadura*” (abril de 1975) e “*Socialismo e Liberdades Democráticas*” (setembro de 1976).

Hoje em dia, expressões como “Tendência Proletária” (TP) ou “Esquerda Revolucionária” (ER) não querem dizer muita coisa. Na época, não era assim.

O que se chamava “Tendência Proletária” (TP) eram as organizações clandestinas que reivindicavam o caráter socialista da Revolução Brasileira – ou seja, a inexistência de etapas em nossa revolução.

Eram quatro: a Organização de Combate Marxista-Leninista Política Operária (PO), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), a Ação Popular Marxista-Leninista (APML) e o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), antiga “Fração Bolchevique”, uma dissidência da PO.

Não pretendemos, aqui, traçar uma história da esquerda nessa época, o que seria cansativo, tanto para nós, quanto para o leitor. De acordo com o nosso objetivo – situar a obra de Cláudio nesta época – basta apontar que a outra expressão (“Esquerda Revolucionária”) somava as organizações da “Tendência Proletária” com aquelas que, apesar de não postularem uma estratégia diretamente socialista para o Brasil, definiam que o caminho do país – inclusive a derrubada da ditadura – era pela via revolucionária. A principal dessas outras organizações, era o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), reorganizado em 1962.

No Brasil, a principal fonte de dissidências – portanto, de outras organizações – foi o rompimento, após o golpe de 64 e a instalação da ditadura, com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Posteriormente, a re-

pressão exterminou algumas das principais organizações que saíram do PCB. Mas não estavam nesse caso a maioria das que formavam a “Tendência Proletária”. Dessas, a única que saíra diretamente do PCB era o MR8, antiga Dissidência da Guanabara.

Estávamos sob uma ditadura brutal. É difícil, para quem nasceu depois ou viveu a maior parte da vida depois da ditadura, imaginar o medo e o terrorismo de Estado que prevaleciam no país.

Mas, foi no momento em que a ditadura começava a enfrentar dificuldades, com uma crise econômica despondando no horizonte, e depois da derrota eleitoral de 1974, que a Política Operária, através de seu jornal, proclamou que “*a classe operária é incapaz de se constituir numa oposição à ditadura*”, “*não existem hoje condições para se tentar avançar na penetração [dentro da classe operária]*”, “*a participação nas lutas não visa hoje ao enraizamento de posições na massa*”, “*as lutas se darão no mesmo nível com ou sem a nossa participação*”, “*no caminho não cabe tentar modificar esse quadro, romper esse isolamento*”.

A resposta de Cláudio, dirigente do MR8, foi cortante – e o futuro lhe daria inteira razão: “Consideramos que estas posições constituem uma fuga e uma capitulação em relação à principal tarefa dos comunistas no momento atual (talvez fosse melhor dizer: em qualquer momento); e significam permitir que a classe operária e demais setores revolucionários sejam colhidos de surpresa, despreparados, pelo agravamento da crise. Consideramos também que a superação de tais diretrizes ‘táticas’ é premissa teórica e prática indispensável ao avanço do trabalho revolucionário. É portanto à análise crítica de tais proposições que dedicamos este trabalho” (Daniel Terra [Cláudio Campos], “*Contra o Doutrinarismo e o Economicismo – Por uma Tática Proletária de Combate à Ditadura*”, abril/1975).

Mas qual a raiz dos aberrantes desvios da PO?

Em primeiro lugar, Cláudio menciona o escabroso economicismo:

“Os companheiros procuram tranquilizar os que se impacientam com seu descomprometimento revolucionário, afirmando que a recessão provocará de imediato, diretamente, o abalo do ‘organismo político da burguesia’, e a perda de sua ‘capacidade repressiva’.

“Infelizmente, apesar de toda a linguagem rebuscada com que tais pontos de vista são expostos, eles caracterizam exatamente o velho desvio que Lenin chamava de ‘marxismo vulgar’, isto é, a instância política deduzida diretamente da instância econômica.” (idem)

Em segundo lugar, o dogmatismo, que conduzia ao doutrinarismo:

“... a estratégia trata apenas das linhas gerais de atuação (válidas para toda uma etapa revolucionária) e não de sua concretização (formas de lutas) em um determinado momento, o qual é papel da tática. Portanto, quem não chega a formular uma tática, só pode estar trabalhando com conceitos abstratos, carentes de qualquer significação para a massa.

“A incapacidade de compreender a necessidade de mediações táticas, de analisar a correlação do forças atual, de partir da situação atual em que se encontram as massas; a crença na possibilidade de resolver todos



Cláudio Campos, secretário geral do MR8 e fundador da Hora do Povo (foto: HP)

os problemas concretos através de umas poucas considerações gerais e abstratas; isso tudo caracteriza o comportamento superficial e dogmático.

(...) “A esta forma particular de dogmatismo, que não chega nem mesmo a formular uma tática, por equivocada que seja, só poderia corresponder no plano político a uma prática doutrinarista que ‘substitui’ a tática, o encaminhamento concreto de lutas parciais de massas, pela mera propaganda de conceitos abstratos e da própria estratégia. “O doutrinarismo despreza o fato de que a consciência política das massas só se produz pela sua própria experiência concreta, e tenta ‘substituir’ essa experiência (que o dogmático jamais saberá estimular e dirigir) pelo proselitismo da vanguarda sobre as massas.”

E, concluindo esta parte: “O espontaneísmo e o economicismo ao nível das massas são justamente o preço que os companheiros têm de pagar para manter seu doutrinarismo, agora concentrado sobre as vanguardas.” (idem)

Passaremos por cima dos problemas conjunturais da época (por exemplo, a recusa da PO em participar das eleições), para finalizar, com Cláudio, este brevíssimo resumo de “*Contra o Doutrinarismo*”:

“... deixar de combater desde já, todo ‘espírito de seita’ significa renunciar ao papel de vanguarda revolucionária e conformar-se, compensar-se no grupismo estreito e sectário.

(...) “Não sabemos qual será o desfecho da crise ideológica em que se debatem os companheiros. Entretanto, é certo que eles perderão qualquer possibilidade de desempenhar um papel de vanguarda no trabalho revolucionário, se permitirem que suas atuais posições se cristalizem e se não assumirem, sem protelações, uma completa e honrosa autocrítica de seus erros.

“Disso dependerá sua reintegração na luta revolucionária da classe operária e do povo brasileiro – contra a opressão e a exploração, pelo progresso e pelo Socialismo” (Daniel Terra [Cláudio Campos], *Contra o Doutrinarismo e o Economicismo – Por uma Tática Proletária de Combate à Ditadura*, abril/1975).

O texto seguinte de Cláudio, “*Socialismo e Liberdades Democráticas*” é um aprofundamento do anterior, numa questão essencial: a democracia. A PO e o MEP negavam, em nome da luta pelo socialismo, a luta pela democracia ainda no terreno burguês. Daí a acusação do MEP ao MR8 – e, especificamente, ao texto anterior de Cláudio – de “democratismo”.

Cláudio escrevera, sobre os maus bofes da PO a respeito da democracia:

“O que está por trás de toda esta retórica terrivelmente

‘radical’, de todo este azedume contra a democracia – sempre necessariamente burguesa – e os democratas, é que a PO. – totalmente enredada no seu doutrinarismo e nos seus preconceitos antidemocráticos – não sabe como separar o joio do trigo, como fazer uma crítica concreta e pertinente da democracia não proletária que leve ao isolamento da ditadura e não ao do proletariado. Por isso, pretende demonstrar fidelidade à sua ‘estratégia proletária’, verberando contra todo e qualquer ‘movimento democrático’” (Daniel Terra [Cláudio Campos], *Contra o Doutrinarismo e o Economicismo – Por uma Tática Proletária de Combate à Ditadura*, abril/1975).

E, mais adiante, no mesmo texto:

“Há alguma contradição entre este centro tático democrático e nossa estratégia socialista? Só pode pensar assim quem não consiga pensar em outra democracia que não seja a democracia burguesa, quem estiver intoxicado pelos preconceitos burgueses a respeito da democracia, quem não compreende verdadeiramente que a ditadura do proletariado é a única verdadeira democracia. Justamente, como tanto insistiram Lenin, Stalin e Mao, ela representa democracia para as massas e ditadura para a burguesia, para a minoria. Com a conquista da ditadura do proletariado, a democracia não diminui, não se limita; ao contrário, ela se amplia e aprofunda” (idem).

Toda a quinta parte deste primeiro texto (intitulada, precisamente, “Ditadura, democracia e revolução”) é dedicada à questão da democracia.

Porém, como ele escreve no texto seguinte, apesar do doutrinarismo, representado pela PO., ter recuado desde a publicação de “Contra o Doutrinarismo”, “é incorreto acreditar que a luta teórica contra o doutrinarismo já está esgotada” (v. Daniel Terra [Cláudio Campos], *Socialismo e Liberdades Democráticas*, set./1976).

O motivo é que, apesar de desgastado em suas “expressões mais primitivas”, estas “não deixaram de influenciar novas formas de manifestação desse mesmo desvio”:

“Este é o caso do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP ex-Fração), que apesar de ter realizado uma crítica parcial do doutrinarismo, continua, quanto ao essencial, dentro deste campo, constituindo-se hoje, por isso mesmo, na sua principal sustentação” (op. cit.).

O texto é, então, principalmente dirigido contra o MEP, ao contrário do outro, dirigido exclusivamente contra a PO.

Assim como o anterior, é difícil resumir esse texto – aliás, ainda maior que o seu precursor. Nos contaremos em assinalar alguns tópicos, dentro da questão nevrálgica: a democracia.

Rebatendo os temores do MEP sobre um possível ‘retorno’ da democracia burguesa ao país, com o objetivo de conter o movimento popular, escreve Cláudio:

“... não se pode falar a rigor de ‘retorno’ da democracia burguesa, pois como vimos e é verdade, o capitalismo, mesmo na fase imperialista, gera *inevitavelmente* instituições democráticas (o caráter social de sua produção não pode viver sem elas) e ainda que a democracia (burguesa) esteja dominada pela ditadura burguesa propriamente dita, tal democracia *sempre* existirá, ainda que em posição secundária sobre o capitalismo” (itálicos no original).

Por outro lado, “se a burguesia recua, visando o contra-ataque e o proletariado *impõe, realmente*, certos avanços democráticos, se ocupa as posições certas, então ele estará em *melhores* e não em piores condições para resistir ao contra-ataque” (itálicos no original).

Uma questão decisiva, para além das questões conjunturais (haveria eleições municipais em 15 de novembro), era a relação estratégica na questão da democracia:

“... se o nosso objetivo final, estratégico, pelo qual lutamos desde hoje, é a democracia proletária, nós não temos qualquer dúvida ao afirmar que *toda* avanço democrático parcial, conquistado *antes* da tomada do poder, se coloca ainda dentro do terreno da democracia *burguesa*, ainda que a ela se oponha e vise à sua destruição” (itálicos no original).

Isso implicava, naturalmente, na defesa dos princípios democráticos gerais – e das liberdades democráticas, sobretudo quando estávamos sob uma ditadura sanguinária. Tal posição tinha fundamento estratégico: “**a ditadura do proletariado é a concretização mais perfeita dos princípios democráticos gerais**” (grifo nosso).

Portanto, os princípios democráticos gerais não implicavam na defesa da democracia burguesa como forma exclusiva de democracia – aliás, nem como forma nem como conteúdo real da democracia:

“Os princípios democráticos gerais *nada* têm a ver com a ideia de, *ainda durante a existência de classes antagônicas na sociedade*, garantir a *liberdade em ‘geral’ no sentido de para todos*, indistintamente, pois estes princípios implicam também e necessariamente, como veremos, na ideia de *submissão e dominação*. Esta deformação *liberal* dos princípios democráticos gerais atende aos interesses da burguesia que, necessitando *encobrir* os antagonismos de classe, pretende que a *sua* democracia, isto é, a democracia *burguesa*, represente indistinta e impartialmente os interesses de toda a sociedade” (itálicos no original).

Então, como, do ponto de vista dos princípios comunistas, colocava-se a questão da democracia?

“Se os comunistas não podem *restringir-se* às questões democráticas gerais, isto não significa que ‘estejam’ *dispensados* destas questões. Entre outras coisas, para não agir como o MEP, para não *ajudar* os liberais a confundir os princípios democráticos gerais com a deformação que fazem deles” (itálicos no original).

E, um pouco depois, o autor, respondendo à acusação de que a preocupação com a democracia seria exclusiva dos burgueses **iluministas**, faz uma distinção muito importante entre os liberais e os comunistas:

“Os comunistas não se distinguem dos liberais porque duvidem da possibilidade de que a Humanidade atinja um grau de desenvolvimento em que todos os homens sejam livres – mas porque afirmam que essa liberdade só é possível através da *supressão das classes*” (itálico no original).

Por fim, quanto a essa questão:

“... a democracia proletária é o desdobramento dialético da democracia burguesa”, “a ditadura proletária não é o *início* do processo de democra-



tização da sociedade, mas ao contrário, representa um *salto de qualidade* nesse processo” (itálicos no original).

Por consequência: “A ‘conquista da democracia’, levar a luta democrática até o *fim*, não é, portanto, uma questão periférica da luta pelo socialismo. Pelo contrário, ela constitui a questão *política* essencial e decisiva da revolução social” (itálicos no original).

Mas Cláudio, como Lenin – e, antes dele, Marx – não cultivava, apesar de sua defesa apaixonada da luta pela democracia, nenhum fetichismo em relação à ela:

“Na medida em que as classes se extinguem, isto é, na medida em que se avance para o *comunismo*, então a democracia se torna cada vez mais geral, e exatamente por isso, começa a não haver mais necessidade dela” (itálico no original).

Mas a questão democrática não era apenas tática. Pelo contrário, assumia a sua importância tática **enquanto questão estratégica**:

“... a palavra de ordem geral ‘pelas liberdades democráticas’ tem que ser levantada pelo proletariado justamente porque *não se refere a esta ou aquela etapa da luta*, mas porque representa uma *posição de princípio* do proletariado lutar pelo avanço da democracia, seja na sociedade burguesa, seja na proletária” (itálicos no original).

Mas daí derivava, também, uma questão, especificamente, tática:

“Lutar pela democracia proletária, pela ditadura do proletariado, implica também e necessariamente em lutar por avanços democráticos ainda no terreno da sociedade burguesa”.

O que, no caso concreto, era ainda mais importante:

“... colocar na ordem do dia o problema democrático geral *é particularmente* importante quando vivemos sob a mais descarada ditadura burguesa, justamente para desgastar a burguesia, favorecer a penetração das ideias socialistas e a vitória das lutas parciais nesse sentido” (itálico no original).

Com isso, deixamos com o leitor esta parte da obra de Cláudio, mas acentuamos uma última análise, pela sua notável agudeza:

“A base da ‘rejeição’ da democracia pela PO e por outros doutrinaristas é a sua *insegurança diante da democracia burguesa*. (...) Com isso, atuam no sentido de emperrar e boicotar o desenvolvimento da consciência e da organização do proletariado, pois este não pode atingir a consciência de classe unicamente através da luta econômica e da propaganda geral. Isso os leva frequentemente a uma posição reacionária sempre que o movimento ameaça sair dos marcos econômicos e avançar no político, mas avançar com todas as limitações de quem até há pouco tempo travava apenas as lutas econômicas ou não travava luta alguma. Os doutrinaristas imediatamente rotulam esses movimentos *espontâneos* de ‘populistas’, ‘burgueses’, etc., e apontam contra eles as pequeninas lanças do pedantismo pseudo-intelectual. Assim, incapazes de compreender que as massas só ganham consciência de classe através da sua própria experiência – *direcionada* pela vanguarda – os doutrinaristas concebem um tipo de relação entre ‘vanguarda’ e massas que é profundamente equivocado, professoral e antidemocrático” (itálicos no original).

Obrigado aos amigos pela paciência de me ouvir.